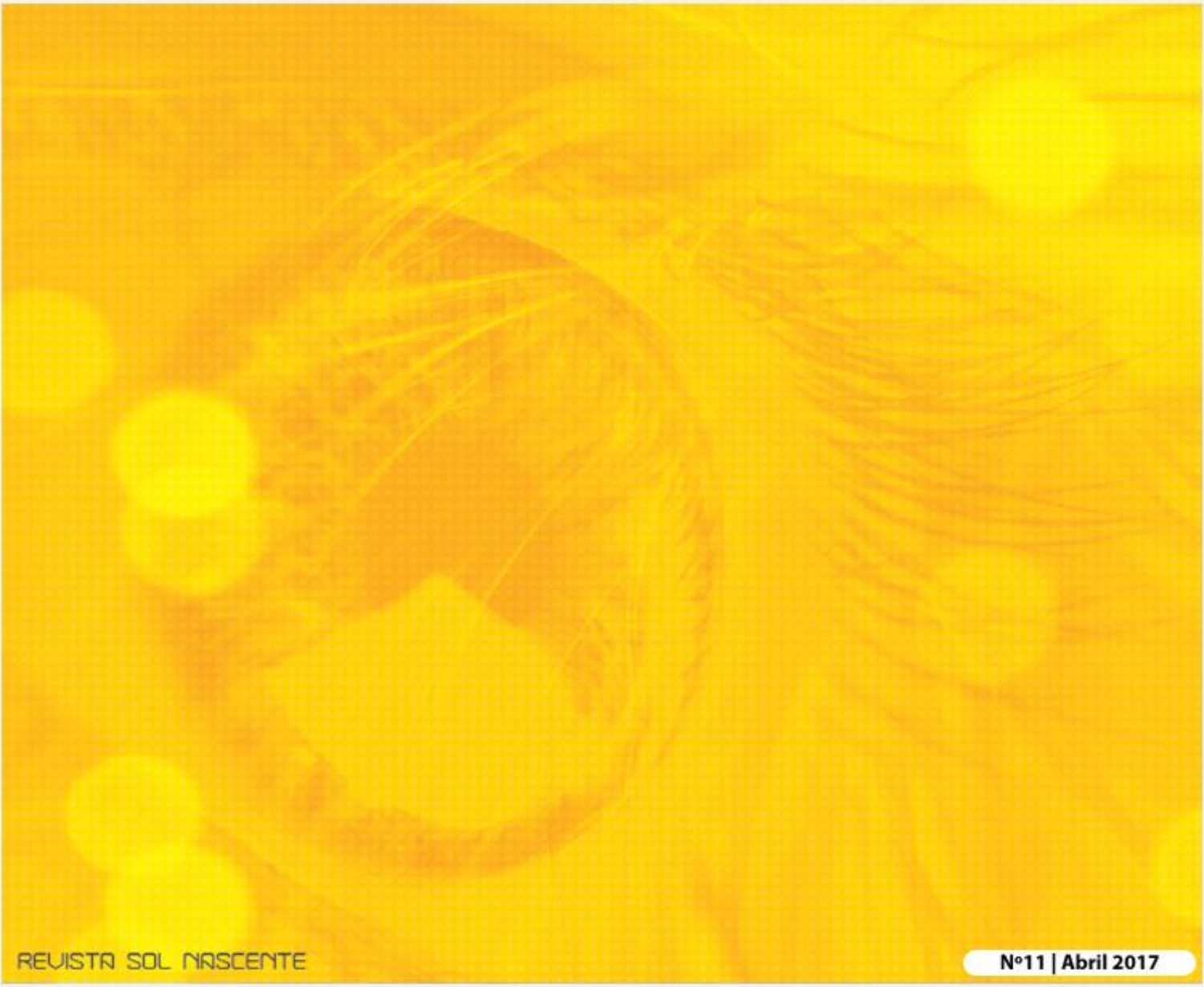
CISN CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SOL NASCENTE



REVISTA SOL NASCENTE

Nº11 | Abril 2017

Nº11 – ABRIL 2017|ISSN: 2304-0688

investigacao.solnascente@ispsn.org

inaciovalentim82@ispsn.org

fatima.sousa@ispsn.org

CONSELHO DE REDACÇÃO

Director: Inácio Valentim (ISPSN) Angola

Secretários de Redação: Fátima Sousa Rodrigues (ISPSN) Angola

Eduardo Schmidt Passos (CUA) EUA

Editor: ISPSN – Instituto Superior Politécnico Sol Nascente

Arranjos Técnicos: Ivan dos Reis Andrade (ISPSN) Angola

CONSELHO CIENTÍFICO

Agemir Bavaresco (PUCRS) Brasil

Aldo Danuci (UFS) Brasil

Álvaro Nóbrega (ISCSP) Portugal

Armando Cossa (SM) Guiné-Bissau

António Matos Ferreira (CHER-UCP) Portugal

António Gómez Ramos (UC3M) Espanha

António Eduardo Alicerces (UJES) Angola

Beatriz Cecilia López Bossi (UCM) Espanha

César Candiotto (Pontifica Universidade Catolica de Paraná) Brasil

Eduardo Vera Cruz (UL) Portugal

Dácia Vaz Pereira (ISPSN) Angola

David Boio (ISPSN-CISEA) Angola

Diane Lamoureux (LAVAL) Canada

Fabrício Pontini (PUCRS) Angola

Félix Duque (UAM) Espanha

Fernando Rampérez (UCM) Espanha

Hélder Chipindo (UJES) Angola

Hugo Bento de Sousa (Médico) Portugal

Inácio Valentim (ISPSN-CFCUL) Angola

Ivone Moreira (IEP - UCP) Portugal

José Saragoça (Universidade de Évora) Portugal

José Pedro Serra (FLUL) Portugal

Lucas Nhamba (UJES) Angola

Marcelino Chipa (IFTS-ISPSN) Angola

Miguel Morgado (IEP - UCP) Portugal

Olga Maria Pombo Martins (UL - CFCUL) Portugal

Tadeu Weber (PUCRS), Brasil

CONSELHO DE ASSESSORES

Manuel Martins (ISPSNG) Angola

António Miranda (Politólogo) Cabo Verde

Pablo Gómez Manzano (U.Valparaíso-UC3M) Chile

Jorge Manuel Benítez (UNA-UAM) Paraguai

Lola Blasco Mena (UC3M) Espanha

Miguel Ángel Cortés Rodriguéz (Salamanca) Espanha

Nuno Melin (UL. CFCUL) Portugal

Pamela Colombo (CSIC) Espanha

Raimundo Tavares (Advogado) – Cabo Verde

Vicente Muñoz-Reja (UAM) Espanha

EDITORIAL

O TERRORISMO E A BANALIDADE DO MAL: O EGIPTO E TODOS OS OUTROS

Seria repetitivo e um muito dizer sem novidade, afirmar que o terrorismo tornou-se numa das preocupações centrais da actualidade de segurança nacional e internacional. Mas, o que não seria repetitivo nem um muito dizer sem novidade, é pensar que o terrorismo tem tudo para ser invencível por causa justamente das suas diversas formas, ou melhor, por causa da sua contínua inovação e que pode também ser lida, como uma ausência de forma. As razões são muitas e não estamos para discuti-las, mas como o pensar é próprio da admiração e do espanto, choca-nos ver o Egipto e todos os outros países que estão debaixo da mira dos terroristas, viver precisamente à custa do terrorismo. Viver com o medo do dia seguinte, o medo das horas depois.

O Egipto, por causa da intolerância terrorista, decretou três meses de estado de emergência em todo o país, numa altura em que uma boa parte da comunidade cristã celebra a PÁSCOA, o país que durante muito tempo representou o nascimento do cristianismo de várias confissões e de vários tipos de espiritualidade, os seus fiéis cristãos, vivem com o medo de serem identificados como cristãos. Esta religião muito estranha, que muito rapidamente se universalizou, também deveu uma boa parte da sua universalidade ao Egipto e algumas grandes cidades antigas do Egipto entre elas a Alexandria, "que foi durante quase mil anos um centro extraordinário de saber e conhecimento, bem como um local eminentemente cosmopolita de encontro de civilizações e culturas" (José Manuel Anacleto, 2008:19). A própria vivência do cristianismo dos primeiros séculos corresponde e se encaixa bem naquilo que foi a própria Alexandria do século II d. C.

> [..., assim é Alexandria no século ii. Para onde quer que olhemos, onde quer que nos encontremos seja qual for o nível a que aí interroguemos a história, descobrimos todas as raças (só os chineses ainda lá não estão), todos os continentes (África, Ásia, Europa), todos os séculos (os do antigo Egipto que lá conserva os seus santuários, os de Atenas e de Roma, os da Judeia, da Palestina e da Babilónia), reunidos nessa cidade, nó do Delta que está para o rio como estão

> para o homem os pulmões e para a árvore os ramos: lugar por onde respiram, lugar que os inspira]. (Jacques Lacarrière, 2001: 70).

É de certa forma, este lugar, este passado, esta história e esta realidade milenar que os terroristas querem sepultar e dar como companhia a própria sombra do medo, a incerteza, a interrogação de pensar se vale a pena morrer pela fé. Sob invocação de ortodoxia e de um eugenismo religioso, tentam que um islamismo não islâmico seja a referência da religiosidade, seja a RELIGIÃO num espaço milenar de multiculturalidade.

> [Lá se encontram, associam ou opõem o paganismo egípcio, grego e romano, o cristianismo copta, o judaísmo, as filosofias neoplatónicas, o hermetismo e ainda outros sistemas, misturados por uns em sincretismos efémeros, que outros, especialmente os cristãos,...]. (Jacques Lacarrière, 2001: 73).

O desaparecimento dos cristãos no Egipto seria o desaparecimento de uma parte da história de África, de uma das novidades que a África deu ao mundo, basta pensarmos que há fortes indícios históricos que apontam que os quatro Evangelhos canónicos sejam escritos no Egipto, de modo particular, em Alexandria, isto pode não interessar à fé, mas interessa à história e interessa à reivindicação da história.

Inácio Valentim

ÍNDICE

EDITORIAL 4

ARTIGOS 7

FILOSOFIA

A CRIAÇÃO DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA E CULTURAS LUSÓFONAS NO ESPAÇO DE ENSINO SUPERIOR LUSÓFONO – UTOPIA OU POSSIBILIDADE? 8

FILIPE ABRAÃO COUTO

POLÍTICA

ELEMENTOS PARA O ESTUDO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA, 1975 - 1979 16

CARLOS ALBERTO ALVES

CULTURA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

LINGUA PORTUGUESA E O DISCURSO DE SUJEITOS HAITIANOS 38

RENATA APARECIDA IANESKO

MEDIDAS EDUCATIVAS: MUSEU GAMA D' EÇA E AÇÕES PARA O PERTENCIMENTO 48

MARIANA DEBONI BLAYA

HELOISA HELENA FERNANDES GONÇALVES DA COSTA

DENISE DE SOUSA SAAD

NORMAS DE PUBLICAÇÃO 58

ARTIGOS/PAPERS

FILOSOFIA

A CRIAÇÃO DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA E CULTURAS LUSÓFONAS NO ESPAÇO DE ENSINO SUPERIOR LUSÓFONO – UTOPIA OU POSSIBILIDADE?

FILIPE ABRAÃO COUTO [a]

filipeabraao27@hotmail.com

Resumo

Pretende-se, com este artigo, propor para todo o espaço de ensino superior lusófono, a criação e implementação de uma disciplina denominada Filosofia e Culturas Lusófonas. Numa primeira fase, partir-se-á da premissa de que existe efectivamente uma controvérsia em torno da existência de uma filosofia "nacional" em cada um dos países lusófonos. Este ponto "divergente" poderá ser o motivo de convergência geral para a criação de uma disciplina de Filosofia e Culturas Lusófonas. Numa segunda fase, reflectir-se-á enquanto consequência deste empreendimento, a possibilidade de um espaço de criação de pensamento próprio lusófono.

Palavras-Chave: Filosofia Nacional; Filosofia e Culturas Lusófonas; Filosofia Lusófona.

Abstract

With this article we intend to propose, for all the entire Lusophone Higher Education space, the creation and the implementation of a subject called Philosophy and Lusophone Cultures. At first, we will start from the belief that there actually exists a controversy regarding the existence of a "national" philosophy in each of the Lusophone countries. This "diverging" point could be the motif for the general convergence towards the creation of a subject of Philosophy and Lusophone Cultures. In a second phase, we will reflect on, as consequence of this project, the possibility of existing a space of creation of an own lusophone thought.

Key-words: National Philosophy; Philosophy and Lusophone Cultures; Lusophone Philosophy.

[a] Professor Auxiliar no Instituto de Ciências da Educação do Uíge, Angola.

I

São sabidas as controvérsias que existem em torno da questão das filosofias "nacionais" onde várias vozes impugnam a existência ou não existência de uma filosofia portuguesa. Da mesma forma, o debate sobre a existência de uma filosofia brasileira mantém-se bastante acesa, tal como a discussão filosófica e literária sobre a existência de uma filosofia moçambicana ou de uma filosofia africana. O que se coloca em questão, de uma forma geral, não se atendendo às especificidades e problemáticas filosóficas de cada país, é se existe uma filosofia original "nacional" que responda às grandes questões universais e se a mesma é ou não sistematizada ou "filosófica". As opiniões variam, nos vários países que falam a língua portuguesa[1], e as perspectivas são multilaterais e multifacetadas. Não pretendemos, com este artigo, reflectir se a filosofia existe ou não quando surge como resposta aos problemas de um país em particular, ou se podemos considerar filosofia a ideologia que uma nação possui ou possuíu no passado, ou mesmo se consideramos filosofia uma forma de pensar não sistematizada e não convencional. O que se pretende, tendo em conta a especificidade de cada país e as suas raízes histórico-culturais, políticas e sociais, é atender às suas controvérsias filosóficas que, de uma forma geral, são uniformes em todos os países que também falam a língua portuguesa. O problema português é também e afinal um problema brasileiro, mas também é africano, como se comprova com o pensador Moçambicano Severino Elias Ngoenha:

> A etnofilosofia que alguns defendem com toda a energia que têm e que outros atacam com toda a veemência que lhes é possível, tornou-se pedra angular da filosofia africana, em volta do qual gravita todo o processo de reflexão. Qual a razão desta associação? A nossa reflexão que se quer filosófica, isto é, universal e voltada em direção ao futuro, deve embater necessariamente no discurso etnológico, que é particular e voltado para o passado?[2].

Afinal, existe uma filosofia africana ou filosofia em África? Existe uma filosofia portuguesa ou filosofia em Portugal? Existe uma filosofia brasileira ou filosofia no

---

[1] Nota muito importante: propõe-se a designação Filosofia e Culturas Lusófonas porque, até ao momento, não existe outra designação mais apelativa para o termo lusofonia. Sabe-se que esta designação tem uma carga negativa muito forte, sobretudo para os PALOP, que, na sua generalidade, não se revêem nesta definição. É evidente que esta disciplina poderá ter outra designação, muito mais apropriada para países multilingues cujas línguas nacionais não são a língua portuguesa. Desta forma, apela-se ao leitor que considere a designação "Filosofia e Culturas Lusófonas" como uma designação transitória. O que está aqui em questão é a proposta de união e reunião entre diferentes tipos de epistemologias que certamente poderão enriquecer o debate filosófico e não propriamente o termo em si. Mesmo assim, por forma a nos fazermos compreender, decidimos enveredar pelos termos dúbios "lusófonos" e "lusofonia", embora se saiba que são termos arriscados, que muitos investigadores africanos, sul-americanos e europeus condenam de forma irrevogável. Pedimos, desta forma, que se considere a ideia e não tanto a designação da disciplina, que certamente evoluirá para outras designações mais consensuais.

[2] Cf. NGOENHA, Severino, *Das Independências às Liberdades – Filosofia Africana*, Editora Paulinas, Moçambique 2014, p. 12.

Brasil? Existe uma filosofia angolana ou uma filosofia em Angola? As mesmas questões são direccionadas para Cabo Verde, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor, entre outros. É muito importante realçar que este artigo não discute a existência ou não de uma filosofia específica de cada um dos países que falam a língua portuguesa. Existindo ou não uma filosofia em algum destes países, o que este trabalho apenas pretende assinalar é a sua controvérsia comum contínua em torno desta temática. Contudo, a alegada falta de sistematização filosófica comum a todos os países de língua portuguesa, se assim quisermos chamar, ou a polémica alimentada em torno desta temática, não representa, a nosso ver, uma desvantagem. Se partirmos da premissa de que existe efectivamente uma controvérsia em torno da existência de uma filosofia em cada um destes países, o mínimo que podemos constatar é que todos estes países são unânimes quanto ao facto de terem dúvidas em relação à existência de uma filosofia em particular. Estamos a falar de todos os países que falam a língua portuguesa. Quem é que pode garantir que esta visão que estes países têm do mundo e mesmo de si próprios não representa uma forma peculiar de estar no mundo, de sentir o mundo e, talvez, de considerar a filosofia até agora compreendida enquanto tal, como apenas uma visão parcial e fragmentada do universo? A este propósito, segundo António Quadros:

> É impossível ao pensador português conceber o sistema, ou seja, o continente fechado. Diante de si está sempre aberto ao infinito, até ao impossível. Por causa das descobertas, a filosofia, para os portugueses, "é a arte de viajar espiritualmente […]. É pois estranha ao nosso ideal a filosofia feita e perfeita, a filosofia que se utopiza já chegada, a filosofia sedenta de absoluto e de universal, a filosofia que não é multiplicidade de vias e não suscita o pensador aventuroso e viageiro[3].

Diante desta estranheza perante as filosofias acabadas e sistematizadas – as ditas filosofias "autênticas", são já notórias as vozes provindas do continente africano que também se interligam neste ponto de vista, como refere o filósofo africano Maurice Makumba:

> A filosofia africana, por isso, tem de reconhecer a sua contribuição essencial, mas parcial, para se atingir a meta humana da própria satisfação. Contribuição essencial, porque a pessoa africana é parte integral da família humana. Parcial, porque a filosofia africana não pode pretender conter toda a verdade acerca do ser humano. Isto aplica-se a qualquer outra filosofia, onde quer e sempre que ela desponte[4].

[3] Cf. QUADROS, A., *O que é o ideal Português*, Tempo de Pensar, Lisboa, 1962, pp. 35-37.
[4] Cf. MAKUMBA, Maurice, *Introdução à Filosofia Africana – Passado e Presente*, Editora Paulinas, Angola, 2014, p. 14.

A justificação da necessidade para a filosofia africana ir ao encontro de toda a verdade acerca do ser humano, aplica-se, igualmente, a todas as filosofias nacionais no sentido de abrirem as fronteiras do seu olhar para o outro, para outras formas de estar e de sentir, para outras formas de pensar convencional e não convencional, tal como sugere Senghor:

> Cada continente, cada raça, possui os traços do Homem. Até a este século XX, não desenvolveu senão alguns, desdenhando os demais e apresentado desta forma um rosto mutilado do Homem: uma civilização. Nesta confluência do século XX é necessário que intercambiemos os dons recíprocos para edificar a única civilização realmente humana"[5].

Esta necessidade de "intercambiar" os "dons recíprocos" está desde há muito tempo presente na cultura portuguesa, tese advogada por muitos pensadores portugueses, um dos quais Eduardo Lourenço: "enquanto cultura europeia moderna, uma das originalidades da nossa cultura (a lusa) foi a de ter sido, entre os séculos XV e XVII, expressão singular e multiforme do olhar europeu sobre outras culturas, e o que não é menos importante, reflexo do olhar do outro sobre a Europa"[6]. Esta sede, porém, do olhar sobre o outro, não se esmoreceu com o nevoeiro do tempo, nem sequer com as independências e liberdades recentemente conquistadas pelos países que falam a língua portuguesa. Se a história fez encontrar e desencontrar homens de culturas e mentalidades tão diversas que, de certa forma, se interpenetraram nas suas formas de estar, não se encontra uma razão para não se continuar a fomentar este encontro. Neste sentido, Maurice Makumba refere que "A história de África fala de uma interacção contínua entre África e outras culturas, e a filosofia africana não deve hoje querer reverter essa interacção"[7].

Estas são algumas das razões que sustentam a nossa proposta para a criação de uma disciplina de Filosofia e Culturas Lusófonas no espaço de ensino superior lusófono. Isto é, a criação e implementação de uma disciplina em todas as universidades e instituições de ensino superior no Brasil, em Angola, Moçambique, Portugal, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor, entre outros países ou regiões interessadas. Não podemos negligenciar a possibilidade, até agora para nós desconhecida, de que já tenha sido criada uma disciplina com as finalidades que estamos a apresentar, talvez com outra designação. As unidades de investigação desta área do saber também são escassas

[5] Cf. SENGHOR, L., S., "Ce que L'Homme Noir Apporte. L'Homme de Coleur" in *Antologia Lírica*, preparada por Castellaneta. C., Sansoni, Milano, 1969, p. 309.
[6] Cf. LOURENÇO, Eduardo, *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, 2ª Edição, Gradiva, 1999, p. 38.
[7] Op. Cit., p. 15.

e, quanto muito, são raras aquelas que se dedicam a investigar as problemáticas da filosofia africana e de outras em simultâneo. Quanto muito, as disciplinas de âmbito intercultural têm uma palavra a dizer neste sentido, e muito têm contribuído nas investigações sobre o outro. Mas, muitas vezes, a componente filosófica fica comprometida. Neste aspecto, o estudo da filosofia luso-brasileira ocupa um lugar de destaque, tendo em conta o desenvolvimento económico do Brasil nas últimas décadas, o aperfeiçoamento ao nível de investigação tecnológica, científica e filosófica, bem como, os graus de parentesco que Brasil e Portugal comungam. Mas, apesar de os trabalhos serem frutíferos e inspiradores, não deixa de ser verdade que o espaço de diálogo e reflexão pressupõe somente uma relação a dois, colocando os restantes actores num cenário de fundo, secundarizando a sua voz, remetendo-os para uma posição meramente transversal e, muitas vezes, periférica ou marginal.

Como já foi referido, o ponto de encontro de todas estas culturas e formas de pensar distintas reside na sua unanimidade quanto à controvérsia da existência de uma filosofia nacional autêntica. Este poderá ser o ponto de encontro, mas também de partida. A controvérsia universal dos países que falam a língua portuguesa poderá muito bem ser o ponto de convergência entre os países, e a divergência das suas formas de pensar poderão ajudar a encontrar caminhos alternativos e até mesmo confluentes para este e outros problemas filosóficos, culturais e interculturais. A disciplina de Filosofia e Culturas Lusófonas estudaria não só a filosofia nacional própria do país, os seus principais temas e problemas, a sua história da filosofia e o pensamento dos seus filósofos, como também investigaria a filosofia e cultura de outros países, de uma forma multiforme ou direccionada conforme as orientações pedagógicas e científicas e interesses subjectivos de um grupo ou investigador. Não se pretende afirmar com tudo isto que se deve prescindir, numa primeira fase, das disciplinas que visam o estudo e a investigação das "filosofias nacionais". A introdução de uma disciplina de filosofia e culturas lusófonas não valida a "extinção" da disciplina de Filosofia Brasileira ou Filosofia e Cultura Portuguesa, ou a Filosofia Africana. Tudo dependerá das ilações consideradas, a este respeito, pelos órgãos deliberativos próprios para o efeito.

II

Para além deste ponto de encontro, de chegada e de partida sugerido, não podemos ignorar o facto de todos estes países da lusofonia partilharem um conjunto de marcos culturais, sociais e humanos que a história fez encontrar e desencontrar. É inegável que,

apesar das divergências radicais nas formas de estar e de pensar entre alguns países da lusofonia, as afinidades linguísticas e culturais constituem-se como elementos preponderantes e decisivos que permitirão a aproximação e convergência destas nações, para se estudarem mutuamente, para compreenderem os seus anseios mais profundos, para, no fundo, se conhecerem melhor e ultrapassarem em conjunto as angústias de um passado conturbado e confuso, de forma a erradicar e superar qualquer fôlego ou pretensão neocolonialista entre estes países. Da mesma forma, os ecos apologéticos do "síndrome do oprimido" devem ser combatidos, por mais tempo que possa levar, para dar lugar a um encontro entre iguais que, sem dúvida, fará a diferença no futuro. Uma disciplina de Filosofia e Culturas Lusófonas permitirá o encontro de pensamentos diversos, de perspectivas diferentes, bem como de um conjunto de abordagens metodológicas e filosóficas peculiares sobre qualquer tema-problema que, certamente, só irão enriquecer o debate e a descoberta da verdade.

Para além das contribuições de cada país lusófono para o debate e enriquecimento, em primeiro lugar, das filosofias nacionais, nada nos garante que surja, a médio ou a longo prazo, por consequência deste empreendimento, consciente ou inadvertidamente, um espaço de criação de pensamento próprio. Isto porque a vantagem de haver dúvidas quanto à existência de uma filosofia num destes países, se é que podemos colocar a questão desta forma, é que lhes é permitido ainda fazer tudo, de todas as maneiras. Ou seja, talvez possamos, tal como afirma Fernando Pessoa "ser tudo de todas as maneiras, porque a verdade não pode estar em faltar ainda alguma coisa"[8]. Por outras palavras, como estes países alegadamente não possuem uma "filosofia sistematizada" – perspectiva do pensamento ocidental, têm a liberdade para imaginar tudo e de deixar a codificação da existência humana para os outros. A este propósito, Kwasi Wiredu afirma que:

> O sábio filosófico pode, por conseguinte, envolver-se num diálogo sem qualquer espécie de receio. Isto significa que, embora não tenha sido inicialmente influenciado por outras tendências intelectuais, devido ao seu escrutínio e abertura de mente, o sábio filosófico pode inculcar as influências externas, ou seja, as ideias, na sua corrente de pensamento, assim que estas sejam percebidas como benéficas"[9].

A investigação dos problemas filosóficos a uma escala intercultural e intercontinental, entre os países que falam a língua portuguesa (e não só) poderá ter resultados

[8] Cf. PESSOA, F. *Os Portugueses, Quinto Império*. Entrevistas a Fernando Pessoa. p. 40,
[9] Cf. WIREDU, K., *apud* MAKUMBA, Maurice, *Introdução à Filosofia Africana – Passado e Presente*, Editora Paulinas, Angola 2014, p. 140.

imprevisíveis que certamente enriquecerá o debate filosófico e a aproximação, na diversidade, entre os mesmos. Neste sentido, Leonardo Coimbra considera que:

> A tragédia do homem está na ignorância de si e do universo em que vive, ou antes, convive. A sua vida é uma relação, ou melhor, um sistema de relações com esse universo. A felicidade seria o acordo e a harmonia dessas relações, de modo que ao crescimento do homem em conhecimento e amor correspondesse o alargamento totalizante dessas relações e o seu aprofundamento significativo[10].

Num cenário onde perdura a falta de ideias a nível mundial, a ausência de projectos que visem o bem-estar de todos e não só de alguns, a coroação da economia selvagem e desumana como porta-estandarte da era contemporânea, o desemprego galopante, a pobreza extrema, os grandes problemas ecológicos e o alto grau de conflitualidade política e religiosa, torna-se urgente a procura e criação de alternativas antropológicas e filosóficas que apontem novos trilhos rumos. É neste contexto que, numa segunda fase, pode surgir a disciplina de filosofia e culturas lusófonas, jamais enquadrada num conjunto de objectivos egocêntricos de pretender descobrir a verdade universal, permanente e fechada, em que contenha toda a verdade acerca do ser humano, mas de pretender estabelecer pontes para os outros eus, que, na verdade, nunca deixam de ser nós próprios, pois cada continente, cada raça, possui os traços do homem. Talvez também seja neste contexto que poderá surgir a tão desejada comunidade lusófona na sua essência, equidistante dos interesses económicos e políticos que, tal como Miguel Real profetiza, "deverá provocar uma espécie de choque cultural radicalmente subversor dos valores dominantes no mundo contemporâneo"[11]. A este propósito, convém relembrar o filósofo luso-brasileiro Agostinho da Silva sobre que tipo de filosofia pode provocar este "choque cultural" subversor no mundo. De acordo com o pensador, uma filosofia "interessante", será uma filosofia que englobe todas as outras filosofias numa só, uma "filosofia que realize todas as potencialidades que o Português tem dado mostras, portugueses de Portugal, portugueses do Brasil, felizmente bem laçados de índio e de negro, portugueses de África, tribais e pretos […][12]. Uma filosofia universalista e absoluta, nunca totalmente fechada e encerrada em verdades eternas, eis o que podem almejar os povos de língua portuguesa. Uma filosofia que vá ao encontro de todos os sistemas de pensamento, uma filosofia que vá ao encontro de todas as

[10] Cf. COIMBRA, L., "A Rússia de Hoje e o Homem de Sempre" in *Obras de Leonardo Coimbra*, Vol. I, Porto, Lello e Irmão Editores, 1983, p. 634.
[11] Cf. REAL, MIGUEL, *A Vocação Histórica de Portugal*, p. 135.
[12] Cf. SILVA, A., *Resposta a Inquérito Sobre a Filosofia Portuguesa*, in Ensaios Sobre Cultura e Literatura II, p. 260.

religiões, uma filosofia que pressuponha o interesse geral de todos, e não exclusivamente do seu país.

POLÍTICA

ELEMENTOS PARA O ESTUDO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA, 1975 - 1979

CARLOS ALBERTO ALVES [a]

Resumo

Este artigo realça alguns aspetos da política da República Popular de Angola (RPA) durante o mandato de António Agostinho Neto (1922-1979). O primeiro presidente angolano exerceu funções em plena Guerra Fria – definida pela historiografia como um conflito ideológico entre a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com o partido único e economia planificada, e os Estados Unidos da América (EUA), com a economia de mercado e o sistema democrático – durante a qual os dois blocos se empenharam na conquista de aliados e em expandirem os seus sistemas económicos e políticos.

Palavras-chave: República Popular de Angola, política de cooperação, política externa.

Abstract

This paper sheds light into some aspects of the politics of the People´s Republic of Angola during António Agostinho Neto´s mandate (1922-1979). The first president of Angola ruled its country in the heat of the Cold War, known as an ideological conflict between the ex-Union of Soviet Socialist Republics (USSR) with a single party and planned economy, and the United States of America (USA) with a market economy and democratic system, in which both committed to conquer allies and expand their economic and political systems.

Keywords: People´s Republic of Angola, cooperation policy, foreign policy.

[a] Professor na Ilha de S. Vicente, Mindelo, Cabo Verde.

Considerações Iniciais

A independência unilateral que teve lugar em Angola no dia 11 de Novembro de 1975 foi declarada num clima de grande tensão, agravada com a entrada em cena de tropas estrangeiras. Aliás, a República Democrática de Angola anunciada pela coligação composta pela Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) foi efémera, uma vez que não teve o reconhecimento suficiente para afirmar-se na cena internacional como aconteceu com a RPA proclamada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

A UNITA, liderada por Jonas Savimbi (1934-2002), foi forçada a abandonar as cidades, em 1976, altura em que iniciou a sua "grande marcha". O Manifesto do Cuanza, também conhecido por Manifesto da Conferência do Cuanza, com data de 10 de Maio de 1976, assinado pelo Comité Central da UNITA, delineou a estratégia para combater a presença cubana e soviética em Angola, enunciou alguns princípios a seguir, tais como: "democracia, africanidade e não alinhamento"; exortou os seus guerrilheiros para imobilizarem a actividade política e económica da RPA. O Manifesto, reproduzido na íntegra no final do artigo (Anexo 1), acusou o MPLA de não ter cumprido os Acordos de Mombaça (Janeiro de 1975), de Alvor (Janeiro de 1975) e de Nakuru (Junho de 1975) que envolveram também a FNLA e a UNITA.

A RPA delineou a sua política tendo como lema: "De Cabinda ao Cunene, um só povo, uma só nação"; reforçou a direção centralizada e planificada; confiscou e nacionalizou numerosas empresas; aprovou leis contra crimes de sabotagem económica; criou o Banco Nacional de Angola (BNA), em 1976, com exclusivo de emissão monetária, tendo substituído o escudo colonial português pela moeda angolana, o Cuanza, o que foi considerado um ato de soberania (Neto, 1977); excluiu do poder os colaboradores do Estado Novo (1930-1974), regime político deposto em Abril de 1974, e os membros da FNLA, da UNITA, da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), os elementos das Revoltas do Leste e Activa; criou a Direcção de Informação e Segurança de Angola (DISA) para defesa do Estado; regulamentou o confisco dos bens móveis e imóveis das instituições religiosas, situação que despertou apreensão por parte das Igrejas cristãs; aprovou a Lei do Divórcio e separação de pessoas e bens; declarou a laicidade do Estado, havendo uma completa separação entre o Estado e as Igrejas.

Para além do desejo político e do exercício do poder, o MPLA, movimento revolucionário, anticolonialista e anti-imperialista, em Dezembro de 1977, foi transformado em Partido do Trabalho (PT) para estabelecer a revolução democrática

popular, etapa de transição para a construção da "Angola socialista de amanhã"[1], mobilizando homens, mulheres, jovens e crianças; o MPLA empenhou-se na formação de células com membros de todas as origens sociais, regendo-se pelo centralismo democrático, isto é, submissão da minoria à maioria.[2]

Relativamente à questão colocada por um jornalista belga sobre a reconciliação com a FNLA e a UNITA, apoiados pelos EUA e pela China, o presidente da RPA respondeu: "nós temos um partido único a dirigir, é debaixo dessa orientação, dessa direcção que todos os cidadãos angolanos deverão viver.[3]" Em termos políticos, a FNLA e a UNITA foram considerados "fantoches anti-angolanos"[4] e colaboradores do imperialismo.

1. Política de Cooperação

A Secretaria de Estado da Cooperação foi criada por decisão do Comité Central do MPLA, para a formação de quadros e acompanhamento do desenvolvimento económico da RPA. Na tomada de posse do seu secretário, Benvindo Pitra, no dia 1 de Junho de 1978, o presidente António Agostinho Neto destacou o fato de a cooperação constituir um agente valioso do ponto de vista político, ideológico e técnico de forma a contribuir para o estabelecimento do socialismo em Angola.

Países como Cuba, a URSS, a Roménia, a Bulgária, a Polónia, a RDA assinaram acordos de cooperação com a RPA nas diversas áreas, nomeadamente nas áreas da saúde pública, educação, indústria, construção civil, agro-pecuária, pescas e defesa.

A cooperação foi considerada pelas autoridades políticas da RPA um instrumento importante. O orçamento do Estado contemplou verba para suportar os encargos com os cooperantes, cidadãos estrangeiros que prestaram colaboração técnica ao governo de Angola mediante contrato de prestação de serviço ou no âmbito de acordos bilaterais[5]. Foram também aprovadas as despesas com visitas de entidades estrangeiras para a realização de jornadas, congressos e reuniões[6]. Quanto ao transporte de ida e de regresso do cooperante, bem como dos bens necessários para o seu uso pessoal, estiveram a cargo do Estado angolano.[7]

---

[1] NETO, António Agostinho. 1987. *Textos políticos escolhidos.* Luanda: Departamento de Educação Político-Ideológica de Propaganda e Informação do Comité Central do MPLA – Partido do Trabalho.
[2] Idem.
[3] NETO, António Agostinho. 1978. *Discursos pronunciados pelo camarada presidente Dr. António Agostinho Neto*. Luanda: Departamento de Educação Político-Ideológica de Propaganda e Informação do Comité Central do MPLA – Partido do Trabalho.
[4] Lei 1/76, de 5 de Fevereiro de 1976.
[5] Cf. Despacho 105/76, de 30 de Junho de 1976.
[6] Cf. Despacho 99/76, de 27 de Julho de 1976.
[7] Cf. Artigo 4.º do Decreto-lei 97/76, de 20 de Dezembro de 1976.

O Estatuto do Cooperante estabeleceu os princípios gerais sobre a prestação de serviço e salvaguardou a possibilidade de celebração de acordos de cooperação com países amigos, dos quais decorriam regimes especiais para cooperantes nacionais desses países;[8] um dos deveres do cooperante era também proporcionar ensinamentos técnicos e científicos aos trabalhadores angolanos.[9]

Na verdade, o presidente Neto reconheceu que a situação económica portuguesa e angolana exigia acordos de cooperação, apesar de Portugal ter uma orientação política diferente da RPA, situação que não foi vista como impedimento de cooperação, como mostram os acordos de cooperação assinados entre os dois países no sector dos transportes aéreos e marítimo, no âmbito comercial, no sector eléctrico e no âmbito cultural. Os acordos de cooperação no domínio cultural, científico, técnico e económico foram assinados em Bissau entre Angola e Portugal, em 26 de Junho de 1978. No dia 2 de Junho de 1978, foi feita uma comunicação ao país pelo presidente da RPA que está reproduzida na íntegra no Anexo 2.

2. Relações políticas entre Angola e Portugal

A política portuguesa entre 1974 e 1976 foi marcada pelos acontecimentos ocorridos nas ex-colónias africanas, pela substituição de António de Spínola (1910-1996), na presidência da Junta de Salvação Nacional e na presidência da República em Portugal (Maio de 1974 a Setembro de 1974), por Costa Gomes (1914-2001), presidente da República Portuguesa até 1976.

A maior parte dos dirigentes do Partido Socialista (PS) e militares como Costa Gomes partilhavam a ideia de que quem ganha em Luanda vence em Angola, princípio considerado importante para o reconhecimento da RPA proclamado pelo MPLA, cujo secretário-geral na altura, Lúcio Lara (1929-2016), lamentou o facto de Portugal não ter reconhecido o governo angolano, reprovando a posição portuguesa[10].

Ora, o reconhecimento da RPA três meses depois da sua proclamação contou com o contributo de Costa Gomes, que teve um papel importante, considerando que devia ser reconhecido logo a seguir à sua aclamação, em Novembro de 1975.

As relações políticas entre Angola e Portugal não foram mais complexas ainda porque o presidente Neto considerou Portugal "um caso particular", destacando a não interferência do governo angolano na política portuguesa, esperando o mesmo de

[8] Cf. Decreto-lei 99/76, de 23 de Dezembro de 1976.
[9] Cf. Decreto-lei 22/78, de 21 de Fevereiro de 1978.
[10] Jornal *O Diário*, 16 de Fevereiro de 1976.

Portugal, país onde não houve unanimidade relativamente ao conturbado processo de descolonização. Isto mesmo se comprova quando se lê e se ouve comentários como que em 1974 e em 1975, as autoridades portuguesas da altura não "negociaram coisa nenhuma"[11] ou então "a preocupação era ver-se livre do problema o mais rápido possível."[12]

Para levar a cabo conversações sobre a abertura da representação diplomática de Angola em Portugal, em Setembro de 1977 esteve na capital portuguesa uma delegação da RPA para contactos políticos. Alguns meses depois, o presidente Neto no discurso que proferiu ao referir-se à nomeação do primeiro embaixador de Angola para Lisboa, afirmou:

> "Os portugueses não têm necessidade de terem inimigos. Nós também não. Inimigos para que? Nós precisamos é de ter amigos. E vamos fazer tudo, do nosso lado, para termos amigos. Mas, se isso não for possível, evidentemente, que vamos responder da maneira mais apropriada e de acordo com as nossas condições."[13]

O primeiro embaixador da RPA em Portugal foi Adriano Sebastião (1923-2010)[14], que entregou as suas cartas credenciais ao presidente da República Portuguesa no dia 16 de Junho de 1978. A cerimónia decorreu no Palácio de Belém.

As autoridades políticas de Angola, sob a direcção do MPLA, seguiram uma linha de orientação política diferente de Portugal que não impediu a cooperação, nem tornou a independência política, social, económica e cultural como reversível, uma vez que segundo o presidente da RPA:

> "As bases em que assentará a cooperação são as do conhecimento geral: são as bases que inserem a existência de Angola como país independente e soberano e a direcção do nosso Estado pelo MPLA – Partido do Trabalho, orientado pela ideologia do proletariado, o marxismo-leninismo." (Neto, 1978)

3. Relações Políticas com os Países Afro-Lusófonos e o Brasil

Terminada a soberania política portuguesa nas ex-colónias portuguesas em África (países afro-lusófonos) houve necessidade das autoridades políticas da RPA estabelecerem uma nova estratégia de acção capaz de impulsionar o fortalecimento dos

[11] Revista *Pública* do jornal *Público*, 31 de Agosto de 1997.
[12] Revista *Vida* do jornal *Independente*, 28 de Abril de 1995.
[13] *Jornal de Angola*, 14 de Fevereiro de 1978.
[14] Esteve preso por motivos políticos, em 1960, condenado a sete anos de prisão, que cumpriu no campo de trabalho do Missombo, Cuando Cubango. Depois seguiram-se os seguintes embaixadores: Fernando Dias França Van Dúnem; Mawete João Baptista; Rui Alberto Vieira Dias Mingas; José Gonçalves Martins Patrício; Osvaldo de Jesus Serra Van Dúnem; Assunção dos Anjos e José Marcos Barrica (desde 2009).

tradicionais laços de amizade e de cooperação que foram forjados durante a guerra pela independência com os movimentos de libertação que proclamaram a independência política em Cabo Verde, na Guiné-Bissau, em Moçambique e em S. Tomé e Príncipe.

A herança histórica, económica e linguística comum e o aprofundamento da cooperação multilateral preconizaram uma política de não alinhamento, tal como a opção socialista, caracterizada pela posse efectiva dos meios de produção, pela planificação centralizada, controle, gestão das empresas estatais e luta contra o imperialismo.

Angola e Brasil são dois Estados que juntamente com outros países afro-lusófonos e asiáticos fizeram parte do império colonial português. O Brasil tornou-se independente ainda no século XIX, em 1822, e Angola alcançou a soberania política em 1975, passados 153 anos da independência brasileira que faz parte da primeira fase de autodeterminação dos povos, inspirada na matriz norte-americana e considerada como o período romântico dos nacionalismos oitocentistas, que estiveram na origem da criação de um Estado para cada Nação e que presidiram à unificação alemã e italiana, às revoluções balcânicas e às independências na América Central e do Sul[15].

A língua comum, embora com algumas diferenças consideráveis, facilita a aproximação entre os países afro-lusófonos e o Brasil, tanto mais que existem outras afinidades culturais devido a presença, neste último país, de habitantes dos antigos reinos do Congo, de Angola e de Benguela, habitantes esses que foram levados para o Brasil como escravos entre os séculos XVI a XIX, facto que permite compreender a baixa densidade populacional de Angola.

O Brasil acompanhou com interesse a formação de novos Estados afro-lusófonos, devido às vantagens que representava a partilha de uma língua comum. Entretanto, o reconhecimento do regime político liderado pelo MPLA foi um dos momentos significativos da história diplomática do Brasil, país que integra o grupo dos primeiros países que reconheceram a RPA, facto que não agradou alguns sectores brasileiros e os EUA.

[15] SILVA, Cristina Nogueira. 2009. *O constitucionalismo e império. A cidadania no Ultramar Português.* Coimbra: Almedina.

4. Angola e a política na África Austral

A RPA procurou contribuir para a resolução de alguns problemas políticos na África Austral, rejeitando a existência de qualquer relação entre a implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia e a presença das tropas cubanas em Angola. Na verdade, o Grupo de Contacto (composto pela Grã- Bretanha, Canadá, França, Estados Unidos, Alemanha Ocidental) foi criado apenas em 1977, dois anos após a chegada das tropas cubanas a Angola.

As autoridades políticas angolanas pretendiam criar também uma zona desmilitarizada entre Angola, Namíbia e Zâmbia para o cumprimento da Resolução acima citada, aprovada em 29 Setembro de 1978, reconhecendo a Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO) como o único e legítimo representante do povo namibiano.

A Zâmbia é um dos membros fundador com a Tanzânia dos Países da Linha da Frente, aos quais se juntaram Angola, Moçambique e Botsuana para combater os resquícios coloniais. Em 1976, a Zâmbia não tinha reconhecido a RPA. De facto, os contactos mantidos pelas autoridades políticas angolanas no âmbito dos Países da Linha da Frente permitiram melhoria nas relações com a Zâmbia.

O presidente Kenneth Kaunda esteve em Luanda, no dia 24 de Maio de 1978, em trânsito, na viagem de regresso ao seu país, proveniente das Guianas, no final de uma visita de vários dias à Inglaterra e aos EUA. Manteve encontro com o presidente da RPA para falar de questões relacionadas com a política na África Austral e o papel dos Países da Linha da Frente.

Em Junho de 1978, as delegações zambianas e angolanas estiveram reunidas em Saurimo para tratarem de questões de cooperação bilateral; em Agosto de 1978, o presidente Neto conversou com Rubens Kamanga, presidente do comité político e jurídico das Relações Exteriores da Zâmbia, portador de uma mensagem do presidente Kaunda, que pronunciou-se sobre o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países.

A manutenção de relações diplomáticas com vários países, pressuposto que implicou o estabelecimento de relações político-diplomáticas inclusivamente com aqueles Estados que tinham mantido uma atitude hostil para com a luta política anti colonial, levada a cabo pelo MPLA, como foi o caso do Zaire (actual República Democrática do Congo).

Para impedir o apoio que o presidente Mobutu Sese Seko (1930-1997) concedia à FNLA e à UNITA, por iniciativa das autoridades políticas da RPA, teve lugar o encontro de Brazzaville entre o presidente Neto e o seu homólogo Sese Seko, em 1976,

de que resultou um comunicado em que se declarava a intenção de normalizar as relações entre os dois países, apesar das incompatibilidades políticas e ideológicas.

Numa altura em que presidente Sese Seko mereceu confiança de vários países como os EUA, a França, a Bélgica e Alemanha, uma delegação da RPA esteve em Kinshasa em Julho de 1978, a fim de manter contactos com as autoridades políticas zairenses. Outra delegação da RPA viajou para Kinshasa, capital do Zaire, em Outubro de 1978, para discutir problemas relacionados com os refugiados angolanos e também assinarem acordos de cooperação económica.

A afirmação "custe o que custar deverá haver amizade e solidariedade entre os nossos dois países"[16], proferida durante o comício, realizado no dia 16 de Outubro de 1978, no Lobito, pelo presidente Sese Seko, fez com que fosse enviado pelo presidente zairense o seu enviado especial, Niny Nguimbi, a Luanda para tratar assuntos bilaterais, no dia 7 de Dezembro de 1978.

Na realidade, a imprensa portuguesa acompanhou o desenvolvimento da política em Angola. A normalização das relações com o Zaire mereceu posições unânimes e foi considerado um "marco histórico" para a paz naquela região da África Austral. Vários líderes africanos felicitaram o presidente Neto pela normalização das relações com o Zaire. Aristides Pereira (1923-2011), presidente de Cabo Verde (1975-1991), enviou um telegrama de felicitações; o chefe de Estado congolês, Joachim Yhombi Opango, endereçou uma mensagem de felicitações; Houphouet Boigny (1905-1993), presidente da Costa do Marfim (1960-1993), enviou uma mensagem conjunta aos presidentes do Zaire e de Angola.

A RPA seguiu uma política externa pró ativa para assegurar a existência do Estado, servindo-se para tal de uma política externa como instrumento para a vitória e a formação de uma nova ordem regional na África Austral, pugnando pela defesa da soberania dos Estados recém-independentes; pela construção de mecanismos de desenvolvimento; pela segurança da África Austral e estabelecimento de alianças com os países da Linha da Frente, pois as autoridades políticas da RPA acreditavam que havia espaço para a mediação, apesar de ter sido palco dois conflitos armados ocorridos em 1977 e em 1978, conhecidos por guerras de Schaba I e Schaba II, que representaram a resposta das autoridades políticas da RPA à invasão de tropas zairenses.

Na verdade, as guerras do Schaba permitiram um acordo entre Angola e o Zaire em meados de 1978, em que o ex-Zaire comprometeu-se a não ajudar a UNITA, A FLEC e

[16] *Jornal de Angola*, 17 de Outubro de 1978.

a FNLA enquanto a RPA se comprometia e reabrir o caminho-de-ferro de Benguela. Mobutu cumpriu parcialmente e mantinha-se como eixo logístico da UNITA.

As conversações entre a Angola e o ex-Zaire, em 1978, permitiram o exílio de Holden Roberto (1923-2007), líder da FNLA, para França, iniciado em 1979, e que chegou ao fim com a assinatura dos Acordos de Bicesse, em Maio de 1991, altura em que a FNLA e a UNITA tornaram-se partidos políticos para participarem com os outros partidos nas primeiras eleições democráticas, em 29 e 30 de Setembro de 1992, supervisionadas pelas Nações Unidas.

5. Exploração do petróleo

Os EUA continuaram a explorar o petróleo de Angola, seguindo a lógica capitalista. As conversações com as autoridades políticas da RPA para a exploração do petróleo tiveram início em Maio de 1976, a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Sonangol, foi criada naquele ano[17].

Na verdade, o presidente Neto referiu que a independência económica do seu país só seria possível quando não existisse monopólio estrangeiro. Em termos económicos, reconheceu que a questão não podia ser resolvida por decreto, uma vez que nem a RPA nem os seus aliados socialistas possuíam tecnologia avançada utilizada pela companhia da Cabinda *Gulf Oil*. A solução encontrada foi assinar novos contratos porque suspender, naquela altura, a produção de petróleo traria privações para o país[18].

Os dirigentes da *Gulf Oil* mantiveram contactos formais com as autoridades políticas angolanas, apesar da presença das tropas cubanas. Após a visita a Luanda do senador americano George McGorven que fazia parte do Partido Democrata, o presidente Neto, em conferência de imprensa afirmou que as relações internacionais não dependiam apenas de um país e que a RPA "deseja relações com os EUA[19]"

Considerações finais

A experiência diplomática adquirida pelo MPLA durante a luta pela independência de Angola (1960-1974) foi crucial para a criação do Ministério das Relações Exteriores de Angola (MIREX)[20], em 1975, assim como para a abertura de missões diplomáticas para

[17] Cf. Decreto-lei 52/76, de 9 de Junho de 1976.
[18] Cf. NETO, António Agostinho. 1976. *Pela independência económica*. Luanda: Departamento de Informação e Propaganda.
[19] Op. Cit…
[20] Ministros das Relações Exteriores da RPA entre 1975-1979: José Eduardo dos Santos entre Novembro de 1975 a Novembro de 1976; Paulo Teixeira Jorge (1934-2010) entre Novembro de 1976 a Outubro de

a defesa da soberania política da RPA que teve dois chefes de Estado não eleitos por sufrágio universal[21].

A política da RPA entre 1975 e 1979 foi caracterizada pela defesa e manutenção da independência política e da segurança do Estado, pela proteção e promoção dos seus interesses políticos e económicos. A política interna e externa desenvolveu-se com base no legado do MPLA, que enquanto movimento de libertação, após a criação do seu primeiro Comité Diretor, em 1960, mobilizou a comunidade internacional com ajuda dos seus representantes para tornar Angola um país independente.

A opção pelo socialismo levou a um estreitamento maior e de preferência nas relações com Bulgária, Checoslováquia, Cuba, Hungria, Jugoslávia, Kampuchea, Polónia, República Popular e Democrática da Coreia, República Democrática Alemã (RDA), República Popular da Mongólia, Roménia, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Vietname, entre outros.

O presidente Agostinho Neto mostrou sinais de pretender seguir a política de não alinhamento, política de autonomia diante da URSS, procurando desvincular-se da disputa leste oeste, privilegiando a cooperação com Cuba, país visitado pelo presidente da RPA em 1976 e 1977. Nesse ano Fidel Castro (1926-2016) e o seu irmão Raul Castro visitaram Angola.

Angola procurava, prioritariamente, garantir a estabilidade do seu domínio interno e encontrar recursos para tal. Porém, a situação político-militar tornava cada vez mais difícil atingir estabilidade sem uma política externa claramente revolucionária e activa.

As pressões internas e externas foram significativas e internamente o poder foi ameaçado pelo movimento considerado radical de Nito Alves (1945-1977), estando na base da aceleração das políticas de reforma do Estado realizadas em 1977 que permitiu adoptar o marxismo-leninismo. Mais do que a tensão interna havia também as pressões da FNLA, da UNITA e também da FLEC, os ataques da África do Sul.

As condições de vida das populações começam a degradar-se em 1977, altura em que surge a falta de água, de electricidade, a ruína do saneamento básico, a falta de recolha de lixo nas cidades e a degradação das condições de vida nas zonas urbanas e rurais.

1984.

[21] O capítulo VI dos Acordos de Alvor (com 60 artigos e 11 capítulos) previa no capítulo 6 eleições gerais para a Assembleia Constituinte. Os Acordos de Alvor foram suspensos pelo Decreto-lei 458 A/75, de 22 de Agosto de 1975. O presidente de Angola foi submetido a sufrágio, pela primeira vez, em Setembro de 1992, e pela segunda vez vinte anos depois, em 31 de Agosto de 2012. Tomou posse como presidente da República no dia 26 de Setembro de 2012.

Tal como fizera antes o presidente Neto, também o seu sucessor o presidente José Eduardo dos Santos admitiu a importância da diplomacia, considerando-a uma arma indispensável para manter a independência e a soberania política.

No discurso de tomada de posse no dia 21 de Setembro de 1979 o sucessor do presidente Neto destacou a linha de continuidade política seguida até então, reconhecendo, também, que não se tratava de "uma substituição fácil", mas "uma substituição necessária."[22].

Para a UNITA o Presidente José Eduardo dos Santos "seria muito mais fiel à URSS do que Neto alguma vez o fora e, consequentemente, defensor do prolongamento da guerra[23]". Na verdade, o presidente José Eduardo dos Santos nos meses de Setembro e Dezembro de 1979 reafirmou o empenho das autoridades políticas da RPA para a independência política da Namíbia, de modo a impedir o apoio dado à UNITA pela África do Sul desde 1976; destacou também o compromisso das autoridades políticas angolanas na luta contra o apartheid na África do Sul, considerando a FNLA e a UNITA como "organizações" que colocavam em causa a unidade nacional.

A RPA pretendeu transformar a ordem regional africana, tanto entre 1975 e 1979 e nos anos seguintes, uma vez que as pressões tornaram-se ainda mais relevantes dado o avanço das acções sul-africanas e o apoio externo de Cuba, da URSS e de países de Leste Europeu dado ao MPLA.

Após a morte de Agostinho Neto o seu sucessor José Eduardo dos Santos rejeitou a linha negociada, aumentou a proximidade com a URSS e Cuba, facilitando a cooperação com estes países, centralizou o processo decisório de política interna e externa.

ANEXO DOCUMENTAL

Anexo 1 - Manifesto da UNITA de 10 de Maio de 1976[24]

A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e os Quadros Políticos e Militares reunidos no Cuanza, de 07/05/76 a 10/05/76, em Conferência Extraordinária com a participação activa das Organizações de Massas, LIMA, JURA e SINDACO e de todos os Presidentes das Assembleias Populares examinaram a

[22] Cf. ABRANTES, José Mena (2004), *José Eduardo dos Santos e os desafios do seu tempo. Palavras de um estadista. Vol. I. Primeira República, 1979-1992.* Luanda: Edições Maianga.
[23] MUEKALIA, Jardo. 2010. *A segunda revolução. Memórias da luta pela democracia.* Lisboa: Sextante Editora.
[24] Op. Cit., pp. 327-334.

conjuntura política que o País atravessa resultante da invasão social-imperialista russo-cubana.

Depois de ouvido o Informe do Camarada Presidente Savimbi sobre as causas da nossa derrota temporária nas cidades e a natureza expansionista do imperialismo russo que utiliza os soldados cubanos como carne de canhão, a Conferência sintetizou a interacção das condições objectivas existentes no nosso País que favorecem a luta armada revolucionária de resistência popular contra a dominação estrangeira.

Durante 14 anos o Povo Angolano lutou heroicamente contra a dominação colonial portuguesa para a sua libertação e para a sua Independência Nacional. Depois da derrota do colonialismo português, a 25 de Abril de 1974, o Povo Angolano apenas deseja paz, a União de todos os filhos Angolanos para a grande tarefa de Reorganização Nacional.

A UNITA envidou todos os esforços para se consolidar a UNIDADE NACIONAL e a PAZ interna, indispensáveis a qualquer empreendimento de Reconstrução Económica. O Povo Angolano sabe, e o Mundo não pode esquecer, que todas as iniciativas de UNIDADE entre os três Movimentos Angolanos de Libertação partiram da Direcção da UNITA.

1 – A assinatura de um acordo de Reconciliação e Cooperação entre a UNITA e a FNLA, em Kinshasa a 25 de/11/74.

2 – A assinatura de um acordo de Reconciliação e Cooperação entre a UNITA e o MPLA, no Luso aos 22/12/74.

3 – A conclusão de um acordo entre os três Movimentos Angolanos de Libertação em Mombaça, Kenya, em 05/01/75, que estabeleceu a Plataforma comum de negociações com a parte portuguesa.

4 – O sucesso das negociações de Alvor que permitiram a criação do único Governo de Coligação em Angola que reuniu as três Forças Patrióticas que se bateram com armas na mão contra o colonialismo português.

5 – Na iminência de uma guerra civil à escala nacional, a UNITA conseguiu reunir mais uma vez os três Movimentos de Libertação Angolana em Nakuru – Kenya, a 15/06/75.

A camarilha Netista do MPLA violou e rasgou todos esses acordos, impôs ao Povo Angolano uma guerra civil desastrosa e permitiu a intervenção do imperialismo russo-cubano no nosso País.

Seja qual for o ardor com que a camarilha Netista tenta justificar a hipoteca da nossa Independência e da nossa Liberdade ao social imperialismo russo, a verdade fica na história do Povo Angolano, que foi Neto o responsável da eclosão da guerra civil do nosso País.

A presente política do regime títere de Luanda não é um acidente. Desde Dezembro de 1974, Neto dizia claramente à Delegação da UNITA que não perdia tempo com explicações, prosseguindo em Dar-es-Salam que o seu objectivo era trazer Angola um regime policial e de repressão iguais ao de Cuba.

Os advogados da clique Netista em África não se cansam de tentar demonstrar que o MPLA (Neto) só fez apelo às tropas cubanas quando as da África do Sul invadiram Angola ao lado da UNITA. Grosseira mentira, como tantas outras pronunciadas pelos mesmos falsos revolucionários africanos.

Sabem esses senhores desavergonhados que retiveram 93 toneladas de armamento destinado à UNITA, oferecido generosamente pela República da China, como resultado da viagem do Comandante-Chefe das FALA a Pequim em Março de 1975. Que nos expliquem esses senhores porquê o MPLA (Neto) e os seus mentores cubanos tiveram de negociar com a África do Sul em Ochikango, em Abril de 1976. Foi para o MPLA (Neto), os russos e os cubanos darem garantias dos investimentos económicos da África do Sul em Angola.

É preciso ser idiota como esses advogados pagos pelo imperialismo, para não compreender que a África do Sul tem os interesses económicos em Angola principalmente no Sul do País, os quais lhe serviram de pretexto para entrar em Angola a fim de os defender. Não foi preciso ir lá chamar a África do Sul ou usar um intermediário para se negociar, como foi no Ochikango.

Poderão esses senhores, que roubaram as armas da UNITA, dizer quantos combates travaram os cubanos contra os soldados sul-africanos em Angola, já que vieram para expulsá-los do nosso País? NENHUM. Porque têm medo e a sua missão era matar os Negros Angolanos. Se os sul-africanos já saíram de Angola de livre vontade, depois de um banquete Neto-cubano-sul-africano, poderão esses senhores dizer-nos o que é que os cubanos estão ainda a fazer em Angola?

A clique Netista, os agentes cubanos, o social-imperialismo russo e os seus agentes em África esquecem-se dos seguintes factores objectivos que dinamizados pela interacção dos factores subjectivos tornam a nossa luta, não só possível, mas vitoriosa:

a) Um vasto território que Portugal não conseguiu administrar durante 500 anos, com todos os meios de que dispunha.

b) Uma população em 2/3 afecta à UNITA, pela sua acção mobilizadora e organizadora.

c) Um pobre sistema de comunicação rodoviária e ferroviária com 43 das pontes destruídas, que atravessa na sua maioria vastas zonas remotas e de fácil sabotagem.

d) Um sistema económico destruído pela guerra civil e pelo êxodo maciço dos portugueses.

e) Um sistema administrativo que não funciona.

f) A presença de um exército estrangeiro de invasão e de ocupação. A vinda de mais 8000 cubanos para povoarem Angola só aumentará o fosso entre o Povo Angolano e os novos colonialistas. Presentemente já foram instaladas 1000 famílias cubanas no colonato da Cela.

g) O desemprego e a penúria dos produtos de primeira necessidade em todas as vilas e cidades de Angola.

h) O carácter burguês da clique de Luanda que é incapaz de unir-se com as largas massas exploradas e oprimidas.

i) A existência da UNITA como vanguarda dos camponeses e oprimidos, dos operários, dos intelectuais, de todos os patriotas que se opõem à presença de tropas estrangeiras no nosso País.

j) A existência de um exército temperado por 10 anos de luta ao lado dos camponeses, sem nenhuma ajuda do exterior, aplicando continuamente o princípio de contar com as suas próprias forças e apoiando-se sempre na iniciativa criada nas massas exploradas

k) A presença, à frente da UNITA e das FALA, de um núcleo dirigente ligado às largas massas do povo, cuja experiência baseada na luta dirigida do interior lhes permite analisar concretamente a situação internacional a fim de traçar uma linha política capaz de guiar o Povo Negro de Angola à sua verdadeira libertação e Independência Nacional.

O social-imperialismo russo pode ser batido.

A História da República Árabe do Egipto em África, da República Popular da China na Ásia e da República Popular da Albânia na Europa indicam-nos o caminho de luta resoluta contra aqueles que se dizem socialistas nos seus Países mas imperialistas nos outros Países, considerando-os fracos ou pequenos.

A nossa política de combater o social imperialismo com as nossas armas é a única linha correcta oposta a todo o compromisso com o regime de Luanda, colocado no poder pelas tropas cubanas e pelas armas russas. Ao invés do compromisso oportunista de Países Africanos que reconheceram o regime de Luanda como sendo legítimo e representativo do nosso povo, dizemos não ser a defesa nos Países vizinhos é uma admissão Pública que o regime de Luanda não lhes inspira confiança. A natureza do imperialismo não muda e a sua tendência é a expansão e a defesa dos seus flancos. O

nosso País Angolano é hoje teatro da conquista e da consideração do imperialismo russo em África.

A única garantia de coexistência pacífica no subcontinente é a luta resoluta contra o regime de Luanda que trouxe para esta área cubana e os expansionistas russos. Para a UNITA a época da neutralidade acabou. Só é nosso amigo aquele que, de uma maneira ou de outra, apoia concretamente a luta de libertação do nosso Povo. Os neutros são amigos dos nossos inimigos. Muitos países do Mundo reconheceram o regime minoritário.

A análise da natureza do imperialismo soviético indica-nos que brevemente irão, de um lado, as contradições entre os imperialistas russos e os seus cães de fila cubanos na disputa da exploração das riquezas do nosso País, do outro lado, entre os russos-cubanos e a camarilha Netista que tenta apresentar-se ao Povo Angolano como independente e mestre das suas decisões. Os nossos relatórios recebidos de Luanda dizem claramente haver já contradições entre os cubanos e as FAPLA, contradições estas nascidas principalmente do facto dos cubanos não quererem fazer a luta fora das zonas onde não haja água nem energia eléctrica.

O Povo Angolano sabe, e o Mundo não deve esquecer, que não foi o MPLA e muito menos as FAPLA que temporariamente ganharam as batalhas das cidades contra a UNITA. Foram só e unicamente as forças regulares de Cuba, apoiadas por tanques, aviões, helicópteros e dinheiro dos russos. O governo do Neto não é um governo da vontade do Povo Angolano. É sim um governo da vontade de Cuba e do poderio militar russo.

A Conferência, tendo feito uma análise detalhada da situação interna e da situação internacional, conclui que todos os ataques dos reaccionários internos e dos lacaios do social-imperialismo fora de Angola não só podem ser derrotados mas têm de ser derrotados.

A clique de Luanda conta com o dinheiro russo, com os tanques russos, com o exército cubano, com os aviões russos, mas toda esta superioridade é temporária. Mas a repugnância do Povo Angolano, na sua maioria esmagadora, contra a presença de um exército estrangeiro de ocupação e o carácter popular e revolucionário da nossa luta pela verdadeira libertação e Independência Nacional, são factores que vão desempenhar um papel constante.

Para atingirmos os nossos objectivos dentro de um período de tempo calculável, apelamos para o nosso Partido, para as nossas Forças Armadas de Libertação de Angola, para todos os Quadros, para todos os responsáveis dos órgãos do Partido e das

Organizações de Massas, em todo o País, para todos os membros responsáveis do Partido no exterior, para todos os compatriotas no interior, sobretudo aos camaradas do MPLA – Revolta Activa, para todas as Forças Patriotas no interior e no exterior do País, que se recusam a aceitar a vergonha de sermos a primeira colónia russa no continente Africano, só por causa da ambição de um homem chamado Neto.

a) Manter uma vigilância de primeira hora contra os falsos angolanos que se infiltram no nosso seio, mas trabalhando para o social-imperialismo russo.

b) Manter uma vigilância cerrada contra os falsos mediadores, que na realidade estão ao serviço dos novos Czares. A unidade e a reconciliação do Povo Angolano devem respeitar os princípios de Liberdade autêntica, Democracia, Africanidade e Não-Alinhamento.

c) Cooperar connosco e com a Forças Armadas, em toda a parte onde elas aparecerem na sua tarefa de limpar o País de tropas estrangeiras e de traidores que venderam a Pátria aos russos e aos cubanos. Aqueles que possuem armas, mesmo as mais rudimentares, devem formar grupos de guerrilha para resistência ao inimigo, até a chegada das unidades regulares das FALA.

d) Sabotar todas as vias de comunicação férrea, rodoviária, telefónicas, etc., para paralisar a vida económica da administração reaccionária de Luanda.

e) Criar distúrbios no trabalho, sabotar as máquinas, boicotar as aulas, paralisar os serviços camarários para que o inimigo se sinta verdadeiramente num formigueiro.

f) Negar toda e qualquer cooperação com as forças estrangeiras de dominação, prestar-lhes informações falsas e negar-lhes comida e guarida.

g) Ajudar sempre as Forças Patrióticas das FALA com informações sobre a posição e o movimento do inimigo, a comida e nunca revelar a presença de guerrilhas ou combatentes deixados nas aldeias por doença ou por uma qualquer outra incapacidade.

h) Em todo o País aumentar a produção de milho, da batata, da mandioca, de massango, de massambala, nas zonas situadas fora das principais vias de comunicação, com o fim de termos comida suficiente para o Povo e para as nossas Forças Armadas de Libertação Nacional. Encorajar a organização de cooperativas de produção e consumo para se utilizar racionalmente os produtos do nosso trabalho.

i) Organizar as sentinelas do Povo para protegerem a produção.

j) Nas Bases de Apoio e em todas as zonas libertadas desenvolver a produção agrícola, a produção animal e praticar a economia de uso dos meios ao nosso dispor.

k) Treinar eficazmente as Forças Patrióticas de Libertação, dotando-as com melhor equipamento de combate, meios de transporte de armas, contra o inimigo, o social-imperialismo russo-cubano.

l) Aprofundar a educação patriótica dos soldados para se imbuírem do seu dever histórico de libertadores da Pátria, das massas mais exploradas e de restituírem Angola a sua honra e a sua dignidade.

m) Preparar toda a Nação para uma resistência popular generalizada.

Aqueles que são nossos amigos estarão connosco agora, na luta contra o social-imperialismo russo.

A história da UNITA e do nosso Povo não aceitará mais lágrimas de crocodilo na hora da vitória.

Como foi em 1974, depois de oito longos anos de sofrimento, de humilhação e de perseguição por parte daqueles que foram os primeiros a nos abraçarem.

Nós estamos convencidos que ganharemos. Os que duvidam das nossas possibilidades, nunca acreditaram nas capacidades criadoras dos homens quando movidos por objectivos nobres, justos e colectivos. E os que ficam para trás, que fiquem já e definitivamente. E os que combaterem, que não façam jogo duplo dos velhos oportunistas, artistas de decepção e de mentira, que fiquem oportunamente do lado do regime minoritário e títere do Neto e nós saberemos fazer o nosso caminho sós, como sempre fizemos. Não somos gentes da África do Sul nem lacaios ou joguetes do social-imperialismo russo como Neto e a sua clique. O imperialismo, venha de onde vier e utilize a capa que utilizar, será sempre imperialismo alienador dos Povos e das Independências Nacionais.

A UNITA tem coragem de combater com as armas o social-imperialismo russo. Surpreenderemos a África e o Mundo, como em 1974, quando consideraram a UNITA como força mais pequena em Angola. Quem tem o Povo ao seu lado nunca é pequeno diante do colono imperialista russo.

Com o Povo ganha-se sempre. E contra o Povo perde-se sempre.

Companheiros de Armas. Compatriotas dentro e fora de Angola. Amigos do Mundo inteiro. Nós sabemos que a nossa missão é espinhosa e o nosso caminho é tortuoso. Mas nós sabemos também que os nossos esforços vão decidir o dia em que a nossa querida Pátria irá emergir das trevas da opressão social-imperialista, em que poderemos viver como seres humanos, felizes com o direito de escolhermos, nós mesmos, o governo e o sistema de governação do nosso país.

As vitórias já alcançadas nos últimos dois meses da nova luta de Resistência Popular mostraram-nos que venceremos e voltaremos a reunir-nos com os nossos amigos, com os nossos parentes e com todos os compatriotas, numa única Família Angolana.

Seremos livres. Seremos unidos. E seremos independentes.

Os ataques contra a tropa invasora russo-cuibana continuarão em todo o País.

Abaixo a clique Netista

Abaixo o social-imperialismo

Viva o governo da União Nacional de Angola

Viva uma Angola verdadeiramente livre e independente

O Poder para a maioria negra em Angola

Vencer ou morrer, unidos venceremos

Pelo Bureau Político do Comité Central da UNITA

Dr. Jonas Malheiro Savimbi - Presidente -

Miguel Nzau Puna - Secretário-Geral-

Eng.º Ernesto Mulato -Secretário Permanente-

António Dembo -Secretário da Comissão de Controle-

Pelas Forças Armadas de Libertação de Angola

Coronel José Samuel Chiwale - Comandante-Chefe-

Tenente-Coronel Waldemar Pires Chindondo - Chefe de Estado-maior General-

Tenente-Coronel Antunes Kahali - Comandante Zona Centro

Feito no Cuanza, aos 10 de Maio de 1976.

Anexo 2 – Discurso do Presidente Agostinho Neto sobre os acordos assinados em Bissau, entre a RPA e Portugal, no dia 2 de Junho de 1978[25]

Compatriotas,

Camaradas:

Foi assinado em Bissau, no dia 26, um «Acordo Geral de Cooperação» entre a República Popular de Angola e a República Portuguesa, compreendendo os domínios cultural, científico, técnico e económico.

[25] Agostinho Neto. 1978. *Discursos pronunciados pelo camarada Presidente Agostinho Neto*. Luanda: Departamento de Educação Político-Ideológica de Propaganda e Informação do Comité Central do MPLA – Partido do Trabalho, pp. 7-10

O Povo Angolano e o Povo Português iniciam, assim, um período novo de relações, após a vitória sobre o regime colonial, conseguida por meio da luta armada e da adopção de um novo sistema de organização social.

A propósito deste acordo, importa considerar que a independência de Angola e a proclamação da República Popular, em 11 de Novembro de 1975, levou o Povo angolano, dirigido pelo MPLA, a optar pelo socialismo científico e a transformar o Movimento em Partido do Trabalho.

Portugal, ao abandonar Angola na véspera da sua independência, deixava o país a braços com as forças invasoras sul-africanas e a agressão zairense.

A maior parte dos portugueses retirou-se do nosso País, abandonando os centros de produção, levando consigo equipamentos e destruíndo instalações e máquinas.

O saque das instalações e do equipamento, foi acentuado pelos exércitos invasores, associando à destruição de pontes, estradas, aeródromos. Aviões, viaturas automóveis, tractores, gado, equipamento hospitalar e escolar desapareceram com as tropas da invasão.

No entanto, Angola nasceu, desenvolveu-se e tem um radioso futuro à sua frente – um futuro socialista.

E Portugal reconheceu a República Popular de Angola, em Fevereiro de 1976.

As relações diplomáticas estabelecidas, permitiram a troca de embaixadores, tendo o Embaixador angolano sido acreditado este mês, junto do Presidente da República Portuguesa.

Para que chegasse a este estado de relações foi necessário ultrapassar, através de longa reflexão, algumas manifestações negativas, tais como a intensa campanha na Imprensa portuguesa, contra o MPLA e a República Popular de Angola e os seus Dirigentes, que impediu de certo modo, o desenvolvimento normal de relações entre os dois países. Mas, recentemente, a presença de elementos de agrupamentos fantoches em Portugal, que livremente fazem propaganda e procuram mobilizar a opinião pública portuguesa para obter apoio político e material tornou, aparentemente, mais longínquas as possibilidades da normalização.

Contudo, dados os laços existentes entre os Povos Angolano e Português, resultante de séculos de colonização e após a transformação violenta que levou Angola de país dominado a país livre e independente, era desejável uma atmosfera saudável para, em pé de igualdade política, estabelecer a cooperação entre Angola e Portugal.

Esta necessidade é compreendida por todos, tanto mais que as circunstâncias materiais de cada um dos países, exige também essa cooperação a fim de fazer face às tarefas do

desenvolvimento actual. O passo dado eliminou os motivos de incompreensão. Este passo representa progresso, no interesse dos dois povos e até de interesse da Humanidade.

No que respeita a Angola, compatriotas e camaradas, além do esclarecimento e a resolução de questões de carácter económico e financeiro consideradas difíceis, mas que não são definitivamente insolúveis, a cooperação técnica e científica é de grande importância, assim como o aproveitamento de resultados de estudos científicos elaborados durante vários anos, para a dotação do país de estruturas modernas e viáveis.

A instrução e assistência médica, o comércio, as construções e vários serviços, beneficiarão com o acordo e muitos homens e mulheres angolanos e portugueses, encontrarão a forma de vida que desejam e como ela virá a ser realizada nos anos vindouros.

E como princípio, entendeu-se que a cooperação não significa apenas uma dádiva ou um benefício em sentido único. Ela tem um carácter recíproco o que lhe dá o carácter novo nas relações Angola-Portugal.

De grande importância no acordo é, também o regresso urgente dos refugiados que se encontram em Portugal, que por medo ou por razões de carácter político, saíram do país aquando da independência ou pouco antes.

Aqueles que quiserem, poderão regressar.

Não se põe a questão de saber das inclinações políticas no passado ou no presente, ou ainda, do seu comportamento moral ou social.

O regresso à Pátria é um direito natural que não pode ser negado a ninguém. Todos os angolanos, seja qual for a sua condição, têm o direito de regressar ao seu País se o desejarem, submetendo-se às leis que regem o nosso Estado.

E, muito especialmente no caso presente, não se deve nem pode excluir da possibilidade de regresso, nenhum angolano, por virtude do seu passado.

Todos terão direito ao trabalho e será o seu comportamento futuro a determinar a ascensão na escala social.

Quanto aos cidadãos portugueses que abandonaram Angola e que foram classificados como «retornados», esses, não têm o direito de regressar a Angola, só por aqui terem estado. A condição de «retornado» não é qualidade suficiente para a aquisição do direito de convívio com o Povo Angolano. Em certos casos é, até, um defeito.

Poderão os portugueses «retornados» regressar, dentro do quadro da cooperação, desde que preencham condições a exigir. O nosso Povo, através dos seus organismos partidários ou estatais, pronunciar-se-á sobre os casos que se apresentem.

Compatriotas e camaradas:

As bases em que assentará a cooperação são as do conhecimento geral: são as bases que inserem a existência de Angola como país independente e soberano e a direcção do nosso Estado pelo MPLA – Partido do Trabalho, orientado pela ideologia do proletariado, o marxismo-leninismo.

Portugal tem uma orientação política distinta da de Angola, mas isso não impede a cooperação dentro do respeito mútuo.

Por outro lado, a Independência política, social, económica e cultural do Povo Angolano, é irreversível. E a liquidação das estruturas coloniais vai reforçando essa independência e tornando impossível o regresso a quaisquer formas de submissão.

O MPLA nunca mobilizou o Povo Angolano para fazer a guerra ao Povo Português. Mobilizou-o, sim, para liquidar o sistema colonial e iniciar uma nova era de relações.

Assim é agora. Os acordos de Bissau são mais uma vitória dos Povos Angolano e Português. O ambiente encontra-se desanuviado e a era da amizade e da solidariedade vai começar em bases sãs.

Como fizemos em Bissau, saudamos com emoção esta nova vitória, que completa a vitória contra o colonialismo.

A Luta Continua

A Vitória é Certa.

Bibliografia Consultada

1. ALMEIDA, Eugénio da Costa. Angola*: Potência regional em emergência.* Lisboa: Edições Colibri. 2011.

2. BARREIROS, José António. Posfácio. Revelando um, de entre muitos segredos a noite do reconhecimento da RPA. In Bravo, Manuel (coord.). *Angola. Transição para a paz. Reconciliação e desenvolvimento* (pp. 181-182). Lisboa: Hugin. 1996.

3. BRIDGLAND, Fred. *Jonas Savimbi. Uma chave para África.* Lisboa: Perspectiva & Realidades. 1988.

4. CORREIA, Pedro Pezarat. Angola. *Do Alvor a Lusaka.* Lisboa: Hugin. 1996.

5. CHIWALE, Samuel. *Cruzei-me com a história.* Lisboa: Sextante. 2008.

6. FERREIRA, José Medeiros. *Estudos de estratégia e Relações Internacionais.* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1981.

7. FERNANDO, Emídio. *Jonas Savimbi no lado errado da história*. Lisboa: D. Quixote. 2012.

8. JAMBA, Jaka. Entrevista. In Barber, Hélder, & Jaime, Drumond (Orgs.). *Angola: Depoimento para a história recente*, 1950-1976 (pp. 182-199). S/l: Edição de autor. 1999.

9. SÁ, Tiago Moreira de. *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola. Gerald Ford, Henry Kissinger e o programa secreto para Angola.* Lisboa: D. Quixote. 2011.

10. SAVIMBI, Jonas. *O que é o espírito de Bissau: Todos os portugueses poderão regressar a Angola?* Aveiro: Tipave. 1978.

11. SCHNEIDMAN, Witney W. 2004. *Confronto em África. Washington e a queda do Império colonial português.* Lisboa: Tribuna da História.

12. SIERRA, Lázaro Cardenas. *Angola e África Austral. Apontamentos para a história do processo negocial para a paz (1976-1992).* Luanda: Mayamba Editora. 2010.

13. STOCKWELL, John. *A CIA contra Angola.* Luanda: União dos Escritores Angolanos. 1980.

14. WRIGHT, George. *A destruição de um país. A política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*. Lisboa: Caminho. 2000.

CULTURA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

LINGUA PORTUGUESA E O DISCURSO DE SUJEITOS HAITIANOS

RENATA APARECIDA IANESKO [a]

re.ianesko@gmail.com

RESUMO

Este trabalho se insere na visão discursivo-desconstrutivista e tem como objetivo problematizar a representação de Língua Portuguesa dos sujeitos haitianos moradores da cidade de Três Lagoas. Partimos dos princípios teórico-metodológicos oriundos dos Estudos Culturais e da Análise de Discurso da linha francesa que entre outros objetivos busca a compreensão da produção social de sentidos. Abordamos as noções de sujeito, discurso e formação discursiva pela leitura de Pêcheux[1] e Foucault[2]; representação, pelo viés de Coracini[3]. Assim, por meio de entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas, buscamos refletir sobre a representação que o sujeito haitiano faz sobre a Língua Portuguesa. Por fim, podemos observar, por meio das análises, que no discurso dos entrevistados perpassa a sua representação de estrangeiro com muitas restrições sociais, a começar pela língua e é o domínio da Língua Portuguesa, principalmente, que representa sua condição de adaptação no Brasil.

Palavras-chave: Haitiano, Língua Portuguesa, Estrangeiro.

ABSTRACT

This work is into the vision of desconstructivist discursive and it aims to problematize the representation of the Portuguese language of the Haitian people who live in the city of Três Lagoas. We start from the theoretical and methodological principles derived from cultural studies and the french line of the discourse analysis, which among other objectives seeks the social production of meanings. We approach the notion of subject,

---

[a] Aluna de Doutorado em Letras pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Professora do Departamento de Línguas Estrangeiras da Universidade Federal de Rondônia e bolsista pela FAPERO.

[1] Cf. PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Trad. De Eni Orlandi *et alii*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

[2] Cf. FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Tradução: Luiz Felipe Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

[3] Cf. CORACINI, Maria J. R. F. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução* / Maria José Coracini. - . Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

discourse and discursive formation from the authors such as Pêcheux and Foucault; representation from the author Coracini. Thus, through semi-structured interviews, recorded and transcribed, we aim to reflect about the representation that the haitin subject has about the Portuguese language. Lastly, we could observe, from the analysis, that on the discourse of the analised people there is the representation of the foreigner with some social restrictions and they start because of the language and when they can speak the language they, mainly, have good conditions to adapt in Brazil.

Keywords: Haitian, Portuguese Language, Foreigner.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se baseia na reflexão sobre a Língua Portuguesa no discurso de um grupo de haitianos, moradores da cidade Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul. Como sabemos, a questão da emigração haitiana vem ganhando espaço a cada ano na academia por ser um fenômeno constante e principalmente agora vem ganhando outros destinos. O Haiti, por assim dizer, se localiza em uma das regiões mais bonitas do planeta, Mar do Caribe, com uma população de cerca de nove milhões de pessoas e é considerado um dos países mais pobres das Américas e Caribe. O país está localizado entre a América do Norte e a América do Sul.

Com relação à sua história, podemos considerar que no ano de 1492, o Haiti foi descoberto por Cristóvão Colombo e recebeu o nome de Ilha de Hispaniola. Por questões políticas, a ilha foi dividida com a França, assim, a parte hoje denominada República Dominicana ficou pertencendo a Espanha e França foi colônia do que viria a ser chamado hoje de Haiti. O país, depois de uma violenta revolta dos escravos, aboliu a escravidão e em 1801 Toussaint Louverte, um líder popular e ex-escravo autodidata, tornou-se governador geral do Haiti. Em 1804, Jacques Dessalines continua com o movimento de resistência e declara o Haiti um país independente, no entanto, em apoio a França escravistas americanos e europeus fazem um bloqueio naval comercial no Haiti que durou 60 anos[4]. No ano de 1957 é instaurada a ditadura no Haiti que perdurou até o ano de 1986, e que prejudicou ainda mais a economia do país. No entanto, mesmo com o término do período de ditadura, o país continuou em crise econômica.

No século XX, especialmente a partir da segunda metade, assistiu-se à migração em massa de haitianos para outros países em busca de melhores condições de vida, seja por

[4] LOUIDOR, W. E. Uma história paradoxal. IN. *Haiti por si: a Reconquista da independência roubada*. Adriana Santiago (Org.) Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.

liberdade política e social, seja pela busca de oportunidades de trabalho ou estudos e, nesse sentido o Brasil figura como um dos destinos da emigração haitiana na contemporaneidade, e em especial nos referimos neste trabalho, ao contexto da cidade de Três Lagoas, no estado do Mato Grosso do Sul, doravante MT. Isso ocorreu, principalmente, porque em 2010, o Haiti viveu um dos mais terríveis episódios de sua história, um terremoto que deixou mais de 1,5 milhões de desabrigados, o que fez com que os haitianos procurassem formas de melhorarem suas vidas e um dos destinos mais procurados foi o Brasil, país que já recebeu mais de 38,000 haitianos que entraram sem documentos ou visto.

O contexto desta pesquisa é atravessado pelas relações de poder e, por isso, é importante dar relevância a essa questão. Acreditamos, assim que os haitianos, por estarem no Brasil, em busca de melhores condições de vida, constituem sua subjetividade numa constante arena de luta.

Assim, esse trabalho tem como objetivo principal refletir sobre a representação da identidade dos sujeitos haitianos do município de Três Lagoas, inseridos em um processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa como língua estrangeira a partir da perspectiva discursiva e do processo de referenciação linguística.

Por intermédio de uma análise linguístico-discursiva pretendemos observar como os dizeres de haitianos, aprendizes de português, significam em uma determinada situação discursiva e como se articulam para a produção de sentidos.

Utilizaremos a metodologia discutida por Foucault[5], em que recorreremos à aplicação de entrevistas semiestruturadas aos alunos-adultos haitianos. São alunos regularmente matriculados em um curso formal de Português para haitianos que foi iniciado em 2014 na escola Elson Lot Rigo no município de Três Lagoas no estado do Mato Grosso do Sul. Partimos dos princípios teórico-metodológicos oriundos da Análise de Discurso (AD) da linha francesa que, entre outros objetivos, busca a compreensão da produção social de sentidos.

Com relação às entrevistas optamos por realiza-las em Língua Portuguesa por concordar que o sentido depende, entre outras questões, das condições de produções e como acreditamos que o discurso é definido por meio de enunciados construídos por formações ideológicas, talvez conseguiremos refletir sobre o discurso do sujeito haitiano de forma singular, interpelado pelas ideologias que o rodeiam.

[5] Cf. FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Tradução: Luiz Felipe Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 147.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Partimos da perspetiva que a Análise do Discurso, doravante AD, é o lugar privilegiado de manifestação da ideologia" de acordo com Brandão[6]. Por isso, acreditamos que para refletir questões referentes à identidade dos haitianos pesquisados seja importante nos basearmos na metodologia teórica da AD, a qual tem como objeto de estudo o discurso e não a língua e o texto é analisado e não o signo ou a frase. Assim, p3 46ra Orlandi[7] o texto na AD é considerado "não em seu aspecto extensional, mas qualitativo, como unidade significativa da linguagem em uso, logo unidade de natureza pragmática".

Dessa maneira, essa metodologia de análise pressupõe um estudo que observe a materialidade discursiva, pois para Pêcheux[8], a língua seria um lugar em que os efeitos de sentido são realizados. Consideramos, nessa perspectiva, que é possível haver a desconstrução nos discursos, ou seja, não há apenas um sentido para cada discurso e a sua interpretação dependerá dos âmbitos sociais ao qual ele foi pronunciado. Segundo Orlandi,[9] "a análise do discurso como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra etimologicamente tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr, de movimento". Para Faucault[10], o discurso possui esse caráter de não fixidez quando fala sobre a problematização do linguístico com o histórico social, da descontinuidade, do descentramento, e do processo diaspórico dos sentidos.

Assim, segundo Indursky[11] "a AD pressupõe a linguística, mas não se limita a ela". Na AD, a linguagem seria um produto sócio-histórico e não um sistema abstrato, no qual os sentidos não são estáveis e transparentes ou fixos, e sim construídos socialmente em determinado período histórico, por isso a linguagem não é um produto acabado, mas sim um processo em construção. Nos basearemos na teoria de Foucault[12] quando afirma que o discurso é um conjunto de enunciados, os quais se apoiam em uma mesma área de conhecimento, podendo ser eles o "discurso clínico, discurso econômico, discurso da

---

[6] Cf. BRANDÃO, H. H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso.* 3ª. ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012, p. 11.
[7] Cf. ORLANDI, E. P. *A análise do discurso: algumas observações. D.E.L.T.A.,* vol., nº1. São Paulo, fev. 1986. p. 107.
[8] Cf. PECHEUX, Op. Cit.
[9] ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos.* 8. Ed. Campinas: Pontes, 1999. p. 15
[10] Cf. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso.* Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
[11] Cf. INDURSKY. F. *A Fala dos Quartéis e as Outras Vozes.* Campinas: Unicamp, 1997. p. 17.
[12] FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987, p. 122.

história natural, discurso psiquiátrico" e todos os demais discursos de um mesmo sistema de formação.

E também de Pêcheux[13] quando fala sobre o processo de re-inserção do discursivo, dos efeitos de sentidos e ainda com o processo histórico no cenário da linguagem, o sujeito emerge como ponto principal, pelo viés da memória intradiscursiva.

O sujeito para a AD é o sujeito do discurso, social, pois não é apenas um reprodutor de arranjos. No entanto, esse sujeito, ilusoriamente, acredita ser o dono de suas palavras e também acredita que determina seu dizer, nos referindo aos esquecimentos de Pêcheux (1988) e para ele "os indivíduos são 'interpelados' em sujeitos-falantes pelas formações ideológicas que lhes são correspondentes".[14]

Partiremos de dois pressupostos, o primeiro é com relação a constituição da identidade dos haitianos pesquisados, os quais são afetados pela alteridade e pela diferença e o contato com o brasileiro, o que provoca neles um estranhamento, responsável pela forma como eles representam a si próprios e ao outro.

O segundo pressuposto é a conceção de sujeito, o qual é multifacetado, clivado, heterogêneo, cuja constituição histórica o leva a ser atravessado por discursos outros e interpelado ideologicamente[15]. Ou seja, o discurso dos haitianos, assim como todos os outros, é constituído por enunciados de outros discursos, pois o sujeito não é uno, coeso, mas é atravessado por uma heterogeneidade de discursos que o constitui. Para Pêcheux [16]

> [...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc, não existe 'em si mesmo' (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

Assim, buscaremos fazer uma análise com base na conceituação de Pêcheux sobre ideologia, que é baseada no livro de Althusser "Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado" (1974) no qual ele discute como os aparelhos ideológicos como escola, família e prisão interferem nas práticas sociais, pois o sentido das palavras não é fixo e nem existe em si, mas é constituído pela interpelação ideológica do indivíduo que o torna um sujeito ideológico.

[13] Cf. PÊCHEUX. Op. Cit.
[14] Cf. PÊCHEUX. Op. Cit., p. 161.
[15] Cf. PÊCHEUX. Op. Cit.
[16] Cf. PÊCHEUX. Op. Cit., p. 160.

Com relação às representações de identidades, Hall[17] explica que:

> Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.

Assim, para os estudos culturais, o conceito de identidade pressupõe movimento, algo em construção, ou seja, o conceito passa a ser interpretado como identificação e vai ao encontro da perspectiva desconstrutivista de Derrida, na medida em que aponta a identidade como um conceito que acontece 'sob rasura'. Sendo assim, para Hall[18], existem múltiplos deslocamentos identitários, deslocamentos esses que acontecem em diferentes momentos da vida do sujeito.

ANÁLISE DISCURSIVA

Esta pesquisa tem como objetivo fazer a análise de trechos de uma entrevista de um haitiano integrante da turma de Português destinados a haitianos em uma turma formal no município de Três Lagoas – MS e é baseado no pressuposto de referenciação como atividade discursiva e na Análise de Discurso de linha francesa.

No seguinte excerto o aluno haitiano fala sobre as vantagens e o motivo pelo qual se mudou para o Brasil:

> **SA1**: eu acho (**no Brasil** mais fácil) porque tem pra fazer Enem... se você tem boa (nota) é fácil ... tem muitas possibilidades pra fazer faculdade **aqui**... (...) eu já fezê/ inscrição vou tentar... (...)porque **aqui** você/um jovem pode trabalhar de manhã... estudar ainda tarde e noite... e no Haiti vai ser difícil para trabalhar e estudar também... se é estudar só... trabalhar só... porque jovem que estuda lá no Haiti é os pais que paga tudo pra **ele**...

Observamos que no trecho do aluno existem duas anáforas que remetem ao mesmo referente, a primeira quando o aluno utiliza o termo "aqui" e segunda com o mesmo termo, o que coloca o referente novamente em foco, numa recuperação do termo "Brasil". Encontramos também a anáfora indireta "ele" se referindo ao termo anterior "jovem", o qual tem como objetivo introduzir um novo referente e dar continuidade ao

[17] Cf. HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, 2000, p. 108.
[18] Cf. Ibid.

texto, segundo Marcuschi[19]. Podemos notar que o efeito de sentido principal diz respeito às facilidades encontradas no Brasil, principalmente relacionadas às oportunidades de trabalho e estudo ao mesmo tempo.

Quando perguntado se acredita que é possível viver bem no Haiti, o aluno responde:

> **SA1:** Sim... tem que fazer faculdade... ter profissão pra trabalhar... pra ocupar toda sua família... lá no Haiti... pessoa que trabalha/ homem - - tem espoSA quase não trabalha**... é hoMEM** que quase fazer tudo... paga aluguel... fazer comPRA/... ele trabalha para cuidar da sua família... (toda) família

Para Foucault[20], todos nós estamos atravessados por preceitos, memórias, possíveis verdades e ideologias ancoradas em filosofias positivistas, e que o homem está enredado nas limitações que a inscrição social lhe impõe. Ou seja, parece que para este aluno é importante seguir essa questão cultural do seu país e para isso, é necessário fazer uma faculdade, o que o permitiria viver "bem" no Haiti.

Acreditamos que pelo aluno haitiano estar imerso na cultura e língua brasileira, torna-se possível observar questões sobre sua própria cultura e identidade, pois segundo Grigoletto[21] o próprio processo de aprendizagem de uma língua estrangeira propicia o estranhamento, já que o contato com a nova língua e cultura causa o retorno do olhar sobre si mesmo e sobre a sua cultura. Esse movimento de retorno instaura o espaço da diferença, significando que a própria representação de si é afetada pela comparação com o outro (o estrangeiro ou a língua estrangeira). Assim, o aluno ao responder o questionamento explicando como é no seu país, passa a refletir e se mostra preocupado em seguir o enredo vivido no Haiti objetivando retornar ao lugar de origem para poder realizar a inscrição social que lhe é imposta que no caso é ser o responsável por "trabalhar para cuidar de sua família".

Na pergunta sobre como o aluno acredita que o brasileiro o vê, o entrevistado responde:

> **SA1:** boa questão... tem ( ) o jeito diferente... **tem pessoa que me vê como pessoa que não sabe nada**::: que não tem educação... quando ele - - se eu fui no emprego eu manda pra trabalhar... me dão folha pra preencher - - quando ele vê eu escrever assim - - ele você sabe escrever? Sim:::

[19] MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. V., MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (orgs.) *Referenciação e discurso.* São Paulo: Contexto, 2005, p. 58.

[20] Cf. Id. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

[21] Cf. GRIGOLETTO, M. *Língua e identidade: representações da língua estrangeira no discurso dos futuros professores de língua inglesa.* In: GRIGOLETTO, M. & CARMAGNANI, A. M. G. (org.) English as a foreign language: identity, practices and textuality. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 138.

> porque eu tenho muita facilidade pra aprender a língua... e (ainda) quanto tempo você tem aqui? quando eu falo ele - - oh você aprende muito...

Assim, percebemos que o aluno nos conduz a entender que há momentos em que sofre preconceito como observamos na frase "tem pessoa que me vê como pessoa que não sabe nada". No entanto, quando o aluno foi perguntado se considera ser excluído, ele responde que não. Ou seja, há a denegação de que seja excluído, assim, de acordo com Indursky[22] "na teoria psicanalítica, através da negação, o sujeito pode mascarar aquilo que, por ter sido censurado pelo superego e recalcado no inconsciente, não lhe é facultado dizer. Ou, se preferirmos seria através da denegação que o sujeito diz sem, de fato, dizer, apresentando-se dividido entre seu desejo de dizer a sua necessidade de recalcar. E a denegação possibilita a verbalização dessa divisão, pois o sujeito, ao formular o recalcado negativamente, pode expressá-lo sem, contudo, admiti-lo.

Para Sawaia[23] "a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É um processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela".

Quando perguntado o que acha da Língua Portuguesa, o sujeito haitiano responde:

> **SA2:** para mim português não é TÃO::: difícil... porque eu já sabia faLA: espanhol... o espanhol e o português é muito parecidos... é filha e mãe... mas são diferentes... é filha e mãe... a mãe vai ser mais velha néh:::... pode ser até parecido muito... é essa a diferença, por isso para mim o português não é tão difícil... o problema é esse... quem já fala espanhol e fala BEM o espanhol... no momento em que vai falar português... vai querer entrar palavras espanholas... o que é normal porque é muito parecido (...)

Assim, notamos que ao considerarmos o Português como uma língua estrangeira, o fato do aluno já dominar o idioma espanhol torna a aprendizagem da língua portuguesa mais fácil.

Outro aluno, ao ser perguntado sobre a mesma questão, responde:

> **SA3:** difícil... não vou falar... porque eu não fui pra escola... eu não especializei em nenhum lugar... mas eu estou falando português agora em menos de três anos

Acreditamos que pelo motivo do aluno haitiano estar imerso na língua e cultura brasileira, torna-se possível observar questões sobre sua própria cultura, pois segundo

---

[22] Cf. INDURSKY. F. *Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação*. In: Cadernos de Estudos Linguísticos, nº 9, Campinas: Unicamp, 1990, p. 118.

[23] Cf. SAWAIA, B. Uma ideologia separatista? In: SAWAIA, Bader (org). *As artimanhas da exclusão*: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 9.

Grigoletto[24], o próprio processo de aprendizagem de uma língua estrangeira propicia o estranhamento, já que o contato com a nova língua e cultura causa o retorno do olhar sobre si mesmo e sobre a sua cultura. Esse movimento de retorno instaura o espaço da diferença, significando que a própria representação de si é afetada pela comparação com o outro (o estrangeiro ou a língua estrangeira). Nesse contexto, a comparação é feita baseada nas línguas que os haitianos já conhecem. Sendo assim, os idiomas português e espanhol são considerados parecidos o suficiente para ajudarem aos haitianos na comunicação básica tanto para os que acabam de chegar como também para os que já moram no Brasil por algum tempo, pois o espanhol, nesse caso, se torna uma importante base para os haitianos que já falam a língua portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a observação dessas entrevistas percebemos que, apesar do aluno presenciar certo preconceito em seu dia a dia, talvez queira descrever essa situação de forma não negativa, negando que seja excluído, mas entendendo que algumas vezes vai enfrentar situações de preconceito.

Outra questão diz respeito à sua identidade, que nesse momento, talvez indique seu sentimento de pertencimento, porque, por estar em condição de diáspora por motivos principalmente financeiros, há uma busca constante em conseguir demonstrar que sua cultura e características sociais são muito parecidas com a cultura brasileira, tornando-o similar ao brasileiro e, portanto, demonstrando possuir a ideia de que esteja incluído socialmente. O que indica, todavia, que o objetivo pelo qual veio para o Brasil seja de caráter provisório, visto que o objetivo principal e final, talvez seja poder retornar para viver “bem” no Haiti.

Como hipótese de trabalho, partimos do pressuposto de que os sujeitos haitianos estão em um contexto de marginalização e estereotipação. Assim, talvez seja possível identificar, pelos recortes selecionados dos entrevistados, que a representação de identidade dos haitianos traz uma tentativa de ressignificação identitária de uma forma geral na sociedade brasileira por parte dos sujeitos, os quais buscam constantemente uma aprovação social, confirmando nossa hipótese. Assim, essa aprovação social seria facilitada quando há o domínio da língua vigente do país, no caso o Português. Por fim, podemos observar, por meio das análises, que no discurso dos entrevistados perpassa a

[24] Cf. Op. cit., p. 138.

sua representação de estrangeiro com muitas restrições sociais, na qual a língua tem papel fundamental.

CULTURA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

MEDIDAS EDUCATIVAS: MUSEU GAMA D' EÇA E AÇÕES PARA O PERTENCIMENTO

MARIANA DEBONI BLAYA [a]

HELOISA HELENA FERNANDES GONÇALVES DA COSTA [b]

DENISE DE SOUSA SAAD [c]

RESUMO

Este artigo relata algumas ações educativas que podem ser desenvolvidas na instituição Museu Educacional Gama D'Eça e Victor Berssani, instituição pertencente à Universidade Federal de Santa Maria. As ações apresentadas já foram desenvolvidas em outros estabelecimentos, maior parte proporcionando resultados positivos e satisfatórios, servindo como base teórica e prática para aplicação das mesmas na cidade de Santa Maria, através do museu da Universidade. Tais medidas têm como objetivo aproximar o público do patrimônio salvaguardado pela instituição, como também chamar atenção para a própria sede da mesma, um exemplar histórico da arquitetura eclética da cidade. Cabe ressaltar que as ações identificadas podem ser adaptadas para o Museu visto que em geral são ofertadas por grandes instituições museológicas e podem não representar a atual realidade do Museu.

Palavras-chave: ações educativas, museus educativos, arquitetura.

ABSTRACT

This article reports some educational actions that can be developed in the institution Gama D'Eça Educational Museum and Victor Berssani, an institution belonging to the Federal University of Santa Maria. The actions presented have already been developed in other establishments, mostly providing positive and satisfactory results, serving as a theoretical and practical basis for their application in the city of Santa Maria, through the University museum. These measures aim to bring the public closer to the heritage

[a] Acadêmica do PPGPPC Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural - UFSM
[b] Profa. Dra. Sociologia e Cultura – Universidade de Quebec em Montreal
[c] Profa. Dra. do PPGPPC Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural - UFSM

safeguarded by the institution, as well as to call attention to its own headquarters, a historical example of the eclectic architecture of the city. It should be noted that the actions identified can be adapted to the Museum since they are generally offered by large museological institutions and may not represent the current reality of the Museum.
Keywords: educational actions, educational museum, architecture

INTRODUÇÃO

Muito já se questionou sobre o termo Educação Patrimonial e se propôs falar em educação para o patrimônio, educação com o patrimônio, patrimônio e educação. De todo modo, o termo educação patrimonial carrega o peso da abordagem institucional, centrada em bens materiais e relacionada aos fatos de uma determinada memória nacional. Hoje, entendemos como fundamental a reflexão a respeito da relação patrimonial com foco no sujeito ao mesmo tempo produto e produtor de cultura[1].

"Reafirmar e ampliar a capacidade educativa dos museus e do patrimônio cultural como estratégias de transformação da realidade social[2]". Constitui na premissa norteadora para o desenvolvimento de ações educativas, que ofereçam ao público visitante uma fruição mais adequada, prazerosa e profunda de seus espaços expositivos.

Por isso enfoca que os museus encontram-se abertos a todos, porém, inacessíveis à maioria da população, visto que a educação formal deficitária não desperta a necessidade cultural do grande público. Esse fator, relacionado ao baixo capital cultural, artístico e simbólico de significativa parcela dos brasileiros, contribui para a inacessibilidade destes à cultura e, em especial, aos museus. Para que um visitante apreenda o capital simbólico contido em um acervo exposto, ele necessita dos capitais cultural e artístico, embasadores dessa compreensão[3].

A ação educativa muitas vezes resume-se a técnicas e metodologias que façam os educandos desenvolverem habilidades tornando-se assim uma ação técnica. As ações educativas analisadas neste artigo têm como intuito constituírem procedimentos que promovem a educação no museu, tendo o acervo e a edificação como centro de suas atividades.

---

[1] GIL, Carmem Zeli de Vargas, POSSAMAI, Zita Rosane. *Educação Patrimonial:* Recursos, Concepções e Apropriações, Mouseion (ISSN 1981-7207), Canoas, n.19 dez 2014.

[2] IBRAM, Ibermuseus lança 7º Prêmio Ibero-Americano de Educação e Museus, 2015. Disponível em < http://www.museus.gov.br/tag/ibermuseus-premio-ibero-americano-de-educacao-e-museus/> Acesso em: 10 jun 2016.

[3] BINA, Ellene Dourado. Museus: Espaços de comunicação, interação e mediação cultural, 2015. Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Volume 2, pp. 75-86. 2015. Disponível em: < http://documentslide.com/documents/binamuseus-espacos-de-comunicacao-interacao-mediacao-cultural.html>. Acesso em: 10 jun 2016.

O Estado deve reconhecer que os museus podem ser atores económicos na sociedade e contribuir para atividades geradoras de receita. Além disso, estes participam na economia do turismo e em projetos produtivos que contribuem para a qualidade de vida das comunidades e das regiões onde se localizam. De um modo mais amplo, estes podem também aumentar a inclusão social de populações vulneráveis[4].

Pode estar voltada para a transmissão de conhecimento dogmático, resultando na participação, reflexão crítica e transformação da realidade social. Assim, ser entendida como uma ação também cultural, permitindo que o público compreenda, o que é bem cultural, desenvolvendo uma consciência crítica da realidade que o cerca. Os resultados destas intervenções devem assegurar a ampliação das possibilidades de expressão dos indivíduos e grupos nas diversas esferas da vida social. Assim as ações educativas nos museus promovem sempre benefício para a sociedade, como também para o próprio museu.

MUSEU E SUA FUNÇÃO

Museu é definido como uma "instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite"[5]. São instituições que procuram representar a diversidade cultural e natural da humanidade, assumindo um papel essencial na proteção, preservação e transmissão do património[6].

Os museus contam com mais de dois séculos de história no Brasil e, ao longo desse período, o seu papel educativo vem-se consolidando e fortalecendo. No Brasil, os recursos financeiros destinados para museus foram sempre escassos [7].

O recinto museu ganhou diversas formas através dos tempos. Passou a acompanhar as novas tecnologias, avançando por essa via a sua comunicação com o público, seja por meio de exposições dinâmicas – procurando um público ativo e não passivo –, seja via

[4] UNESCO, Recomendações relativas à proteção e promoção dos museus e das coleções da sua diversidade e do seu papel na sociedade, Paris, 2015. Disponível em < http://icom-portugal.org/multimedia/documentos/UNESCO_PMC.pdf> Acesso em: 10 jun 2016.

[5] Esta definição é dada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), que reúne, a nível internacional, o campo dos museus em toda a sua diversidade e transformações através do tempo e do espaço. Esta definição descreve um museu como um organismo ou instituição pública ou privada sem fins lucrativos.

[6] Cf. Op. Cit.

[7] Cf. Cazelli, 2005 apud Marandino, Martha Organização, Educação em museus: a mediação em foco, FEUSP, São Paulo, 2008. Disponível em < http://parquecientec.usp.br/wp-content/uploads/2014/03/MediacaoemFoco.pdf> Acesso em: 10 jun 2016.

Internet, com o seu marketing, a sua programação, divulgação, debates, ou através de CD ROMs[8].

Aplicada a museus existe também a museologia, que estuda a relação entre o homem/sujeito e o objeto/bem cultural num espaço denominado museu (ou fora dele), tudo isso participando de uma mesma realidade em transformação, o museu é espaço de relações. E que, com base nas relações possíveis entre os seres humanos, mediadas por um discurso que articula os bens culturais o museu pode ser concebido como meio de comunicação e campo de educação[9].

A avaliação, prática já consolidada nos grandes museus do mundo, é fundamental para o aprimoramento permanente, tanto dos produtos desenvolvidos quanto dos processos de comunicação e educação. Como levantamento sistemático de informações úteis à tomada de decisão, os processos de avaliação permitem não apenas medir a adequação das ações da instituição aos objetivos, como também conhecer qual a leitura e experiência do público[10].

MUSEU GAMA D'EÇA PALCO DE INTERVENÇÕES

A cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, apesar de ser conhecida como cidade cultura, realiza poucas atividades em seus museus, de um modo geral os próprios moradores da cidade acabam por pouco utilizar estes espaços de cultura. Podemos dizer que a preocupação em conhecer os artefatos que fazem parte da história e da memória do povo é imprescindível para que a sociedade se reconheça e faça parte das políticas culturais.

O papel social dos museus é, sem dúvida, o de formação do indivíduo. Sob a óptica educativa, o museu deve, como uma de suas principais funções, permitir a esse indivíduo tornar-se sujeito de sua aprendizagem. Nesse contexto, as ações realizadas pelas instituições, no sentido da comunicação museológica, adquiriram caráter de educação não-formal, pois tratam da apropriação de conhecimento científico pela sociedade fora do espaço escolar[11]

---

[8] Cf. Lévy, 1999: 23 apud OLIVEIRA, José Claudio Alves de. O Museu e a sua arquitetura no mundo globalizado: entre informação e virtualidade. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília Vol.1, nº1, jan/jul de 2012

[9] Cf. IPHAN, PARAÍBA, ORGANZAÇÃO ÁTILA BEZERRA, Iphan Paraíba, Educação patrimonial: reflexões e práticas, IPHAN, João Pessoa, 2012. Disponível em < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPraticas_ct1_m.pdf> Acesso em: 10 jun 2016.

[10] Idem

[11] Op. Cit., p. 28

Como palco para algumas ações educativas, apresentadas neste artigo, será utilizado o Museu Educativo Gama D'Eça, pertencente à Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Sediado no palacete Dr. Astrogildo de Azevedo localizado na Rua do Acampamento, primeira rua da cidade, em uma área central e histórica.

Datado do ano de 1913, a edificação foi construída para abrigar a residência e o escritório médico do Dr. Astrogildo Cezar de Azevedo, médico influente na cidade embora natural de Porto Alegre. Foi delegado estadual de higiene e fundou o primeiro hospital da cidade, o Hospital de Caridade, no ano de 1903. Como intendente Municipal de 1916-1918, tentou resolver o problema de saneamento básico, promoveu abertura de ruas, novos traçados e praças além da melhoria de serviços públicos como iluminação, água e limpeza[12]. O histórico palacete foi projetado pelo arquiteto Alemão Theodor Wiederspahh[13] e a execução da obra ficou ao encargo do engenheiro Henrique Scütz[14]. Esta é considerada uma das obras mais expressivas elaboradas por Wiederspahn, ao todo o arquiteto foi responsável por 28 em todo o estado, destas restam apenas 14, destas apenas sete estão tombadas ou sob guarda. O palacete em questão não é tombado, mas se encontra sob posse da UFSM e foi adaptado para atividades de cunho cultural.

Com uma área de 537 m² o palacete atualmente possui a seguinte disposição: Térreo-Hall e portaria, sala de exposições temporárias, sala Memorial/UFSM, sala dedicada à Mariano da Rocha, intitulada de "A Trajetória de Vida de José Mariano da Rocha Filho", sala de Arqueologia e Etmologia, sala de Numismática, coleção Victor Bresani, gabinete da Direção, secretária, cozinha e dois banheiros, no segundo pavimento Reserva Técnica, duas salas de Paleontologia, Sala de Amarias e três salas de Zoologia.

O Gama d'Eça tem um acervo com mais de 13 mil peças, durante o ano são realizadas visitas mediadas, cursos, oficinas e palestras, e há o atendimento especial aos grupos escolares e as exposições itinerantes. Existe uma preocupação constante do Museu em educar, no ano de 2012 foram recebidas 46 escolas, contabilizando mais de 8,7 mil visitantes, número expressivo, porém que poderia ser maior através da implementação de mais e diversas medidas e ações educativas.

---

[12] VILARINO, Leoniza Mac Ginity. Nossas ruas...nossa história. Santa Maria: Pallotti, 2004. p.36-37

[13] Nascido em Wiesbaden no ano de 1908, emigrou para o Rio Grande de Sul onde já se encontra seu irmão Heinrich Josef, empregou-se como arquiteto responsável pelo departamento de projetos do Escritório de Engenharia Rudolf Ahrons, até o fechamento da mesma desencadeado pela Primeira Guerra Mundial. (WEIMER, 2004). Theodor Wiederspahn teve a época mais propícia em seu trabalho no período entre guerras. Quando o movimento modernista chegou ao Estado, a partir da década de 1940, sua obra passou a ser menosprezada. WEIMER, Günter. Arquitetos e Construtores no Rio Grande do Sul: 1892/1945. Santa Maria: UFSM, 2004.

[14] FOLETTO, Vani Terezinha (org). et al. *Apontamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria*. Santa Maria: Pallotti, 2008.

AS AÇÕES EDUCATIVAS

Não basta criar ou melhorar as instituições museológicas, tal ação deve ser acompanhada de uma política de gestão efetiva que reconheça as necessidades dos espaços de memória, sobretudo, de reconhecimento e utilização da instituição por parte da sociedade. Fazendo com que a mesma aceite e faça do espaço como seu, tanto para usufruir quanto para salvaguardar.

O patrimônio cultural é o conjunto de manifestações e representações de um grupo. É, portanto, algo construído por esse grupo e é exatamente por isso que se faz necessário o envolvimento da sociedade. É a sociedade quem define o que é importante para si, o que detém valor para determinado grupo. É necessária a identidade do grupo com os seus bens culturais, caso contrário estes bens se perderão com o passar do tempo e com a alternância das gerações[15].

Para que ocorra a identificação e o apoderamento do espaço museológicos pelo público, ações educativas devem ser tomadas, sendo assim foram selecionados alguns exemplos de medidas educativas aplicadas em outras localidades que resultaram de forma positiva na valorização patrimonial.

"Sem dúvida que o Patrimônio Cultural é um recurso não contemplado quando se fala em desenvolvimento do turismo, a visão que se tem é que somente os recursos naturais, festas e eventos são a maior atração para o turismo. Desenvolver ações de Educação Patrimonial no sentido de se apropriar do Patrimônio Cultural por todos os níveis da população (população local, vereadores, prefeitos, governadores etc.) e incorporar o mesmo nos planos e programas de desenvolvimento econômico dos Municípios, Estados e da União é um caminho para que a riqueza e variedades dos bens culturais se transformem em fator de melhoria de vida para a população e para as regiões, principalmente aquelas onde as condições econômicas são deficitárias", afirma a Educadora e Arquiteta Evelina Grunberg, autora do Guia Básico de Educação Patrimonial (1999) e do Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial (2007) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional - IPHAN, pioneira nos estudos, no desenvolvimento e na aplicação da metodologia no Brasil.

Oficina – Uma *"Selfie" no Museu*

Esta dinâmica foi baseada nas experiências vivenciadas no Gerdau Museu das Minas e do Metal de Belo Horizonte, Minas Gerais, tendo uma boa aceitação e participação do

[15] Opus Cit.

público. Técnicas e dicas básicas para fotografar com celular ou *tablet* são apresentadas ao público, estimulando para que ao conhecerem o acervo do museu, as fotos também sejam um estímulo para a descoberta do museu como espaço. Observar o próprio palacete de uma forma diferente, a olhar "pela janela", observar o entorno do museu e desenvolver o "olhar" fotográfico para o registro de paisagens e ambientes externos, como também para os próprios detalhes construtivos guardados sob uma ótica diferente em seu interior.

Sessões em família

Pais, crianças, adolescentes, avós e amigos, pequenos grupos, nos quais as crianças e jovens são acompanhados por adultos com os quais possuem vínculos afetivos, independente do grau de parentesco, se houver. Elaboradas a partir delas as propostas educativas buscam ressaltar e valorizar as memórias e as experiências prévias dos participantes. Esta ação favorece o conhecimento mútuo, resultando no estreitamento dos vínculos familiares.

Oficina de Criação

No Museu Oscar Niemeyer[16], localizado em Curitiba as oficinas de criação, são vinculadas ao teor das exposições. O principal objetivo delas é fazer com que o visitante se expresse criativamente a partir do que viu e aprendeu. Também é uma forma de aproximar o visitante da obra de arte, transmitindo de maneira lúdica conceitos da arte e da exposição em questão.

Fazer com que os visitantes expressem a criatividade a partir da visita e dos aprendizados que obtiveram com a mesma. Aproxima o visitante à arte e a cultura, transmite de forma lúdica os conceitos da arte e do que se pode realizar a partir da exposição assim como dos detalhes da edificação.

Bate Papo no Jardim

O uso da história oral em museu pode contribuir para o enriquecimento da compreensão histórica dos visitantes, se exibe a finalidade de estimular habilidades mentais do sujeito, significados e também habilidades emocionais, psicológicas e sociais necessárias aos diferentes tipos de questionamento, análise e síntese históricos. A história oral nos museus pode facilitar ou obstar nosso diálogo com o passado,

[16] MUSEU OSCAR NIEMEYER, Ação Educativa, Curitiba, Disponível em < http://www.museuoscarniemeyer.org.br/acaoeducativa/acao-educativa>. Acesso em: 01 jul 2016

especialmente se temos o objetivo de estar envolvidos nesse diálogo em termos históricos[17].

O palacete em questão possui um jardim histórico, com espécies nativas e espaços de ornamentação como também de contemplação, a proposta desta medida é fazer com que o público após a visitação debata os momentos e conhecimentos adquiridos que foram mais impactantes em um ambiente externo que proporciona uma fuga do cotidiano. Quando houver grupos de crianças esta ação pode ser complementada pela criação e interpretação de uma história a partir das experiências compartilhadas pelos visitantes.

VideoMapping

O *videomapping* é a técnica utilizada para mapear superfícies com um único projetor, possibilitando a realização de obras complexas com múltiplas camadas de vídeo, em tempo real e independente entre si, mesclando imagens com sons, músicas e ritmos. As duas técnicas possibilitam alternativas à produção convencional em audiovisual, e oferecem um amplo campo de expressão com diversas possibilidades de inserção no meio artístico[18].

Esta técnica de projeção é usada para transformar qualquer superfície, mesmo a mais irregular, numa tela de vídeo dinâmica, tais como fachadas de edifícios sem qualquer distorção. Neste caso seria projetar a história da cidade e do palacete, assim como demais projeções artísticas que a cidade possa vir a receber.

CONCLUSÃO

Museus são responsáveis por gerenciar e articular as demandas sociais em prol do patrimônio cultural, e para atingir este objetivo é necessário que a instituição, e principalmente, seus visitantes o reconhecerem como local patrimonial.

Para Bemvenuti[19], o panorama das ações educativas nos museus do Brasil, abrangem concepções teóricas diferentes: por um lado, as ações educativas contemplam ações isoladas, como a monitoria informativa, ou um programa de ação educativa que não instiga o espectador a refletir sobre o registro realizado pelo artista; por outro lado,

[17] RIBEIRO, Aragonêz; ROSSONI, Sirlei. Repensando a ação educativa no museu: formação Prática. URI, Vivências. Vol.6, N.9: p.177-183, Maio de 2010

[18] SESC, Estratégias Audiovisuais Contemporâneas – Vj e Videomapping, 2014. Disponível em: < http://www.sescsp.org.br/aulas/21581_ESTRATEGIAS+AUDIOVISUAIS+CONTEMPORANEAS+VJ+E+VIDEOMAPPING> Acesso em: 10 jun 2016.

[19] BEMVENUTI, Alice. Museus e educação em museus: história, metodologias e projetos. Com análises de caso: museus de arte contemporânea de São Paulo, Niterói e Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado – PPGAVI/UFRGS, 2004. p. 345

existem setores organizados desenvolvendo pesquisa e atividades relacionadas à leitura de obras em que podemos observar ações educativas sistematizadas.

É preciso ressaltar que de modo geral as ações, são ofertadas por grandes instituições museológicas brasileiras. Elas não representam a realidade dos museus com menos público e dimensões no Brasil.

Para serem implementadas, e principalmente aprimoradas pelos visitantes, o setor educativo da instituição deve ser organizado, ou possuir uma equipe de funcionários preparados para prestar este tipo de serviço. A ausência de monitores, mediadores ou atendentes em museus é um fato concreto.

Apesar da carência, e da falta de identificação do público com o patrimônio e sua localidade, as práticas educativas desenvolvidas, aplicadas neste caso, têm como intuito de contribuir para a difusão dos bens culturais. Entretanto, não basta garantir a democratização do acesso aos bens culturais, é preciso formar um público que seja capaz de construir e desconstruir discursos no campo do patrimônio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ÁTILA BEZERRA TOLENTINO ORG; IPHAN na Paraíba; Educação patrimonial: reflexões e práticas; João Pessoa, 2012

2. CARDOSO, Luciana Silveira; e COSTA, Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da; Por uma política de gestão para os Museus,Cadernos NAUI Vol. 3, n.4, jan-jun 2014, UFSC, Florianópolis, 2014. Disponivel em < http://naui.ufsc.br/files/2014/11/Por-uma-Pol%C3%ADtica-de-Gest%C3%A3o-para-os-Museus.pdf> Acesso em: 05 mar 2016.

3. ORGANZAÇÃO ÁTILA BEZERRA, IPHAN PARAÍBA, Educação patrimonial: reflexões e práticas, IPHAN, João Pessoa, 2012. Disponível em < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPraticas_ct1_m.pdf> Acesso em: 10 jun 2016.

4. PACHECO, Ricardo; Educação, memorio e patrimônio: ações educativas em museus e o ensino de história, Revista Brasileira de História, SP, 2010;

5. SILVEIRA A, BIAZUS M.; As ações educativas em museus de arte no Brasil, CEART/UDESC, 2012;

6. SOUZA, Rodrigo Diego de. A ação educativa e o Esclarecimento: o conceito de autonomia e heteronomia na filosofia da educação de Kant e Paulo Freire,

7. VERGARA, Luiz Guilherme. Curadorias educativas: a consciência do olhar: percepção imaginativa, perspectiva fenomenológicas aplicadas à experiência estética. In: Congresso Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. v.3. São Paulo, out/1996;

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. Os artigos podem ser escritos em português, inglês, espanhol e francês.
2. Têm que ser inéditos e não mais de 20 páginas, notas de pé de páginas incluídas.
3. As resenhas submetidas não devem superar 6 páginas.
4. O envio de artigo deverá ser acompanhado por um abstract no idioma original do artigo e em inglês e no mínimo com três palavras-chave.
5. O formato das letras é Times New Roman 12, justificado e com 1,5 de espaço.
6. Os textos devem ser enviados em formato Word Perfect ou em Word para o PC.
7. Os artigos enviados devem ser assinados pelos autores que também deverão indicar os seus graus académicos e filiação institucional.
8. A redacção da revista reserva o direito de publicar ou não.
9. Haverá sempre um comité externo para avaliação dos artigos.
10. Os títulos dos artigos devem estar na língua original e em caso de necessidade em inglês.
11. As referências bibliográficas e notas de pé de páginas devem ser numeradas. As referências bibliográficas devem ser completas na primeira cita utilizando a norma clássica para as Ciências Sociais e Humanas e Vancouver ou AMA para as Ciências de Saúde.
12. Aceitam-se os projectos de investigação que não superam 8 páginas.

LIVROS ELECTRÓNICOS:

As citas devem começar com o primeiro e último nome do (s) autor (es), título do livro electrónico (em itálico), editor, data de publicação, número da página citada. Endereço Web (Disponível a data da consulta).

PROCESSO DE AVALIAÇÃO E DE SELEÇÃO DOS ARTIGOS:

1. Os artigos devem ser enviados para o e-mail da revista ou do Director nos prazos indicados.
2. A Direcção acusará a recepção do trabalho sem necessariamente manter contacto com o autor antes da decisão final de publicar ou não.
3. Os autores dos artigos são responsáveis pela sua revisão ortográfica e gramatical.

CISN CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SOL NASCENTE

REVISTA SOL NASCENTE

Nº6 | Junho 2014